

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ENTRE A FOLIA E A SACRISTIA:
AS (RE) SIGNIFICAÇÕES E INTERVENÇÕES DA ELITE
CLERICAL E CIVIL NA FESTA DO DIVINO EM
FLORIANÓPOLIS (1896 - 1925)

MÁRCIA ALVES

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 1999

MÁRCIA ALVES

**ENTRE A FOLIA E A SACRISTIA:
AS (RE) SIGNIFICAÇÕES E INTERVENÇÕES DA ELITE
CLERICAL E CIVIL NA FESTA DO DIVINO EM
FLORIANÓPOLIS (1896 - 1925)**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção de grau de Mestre em História à banca examinadora da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do Prof. Dr. Artur Cesar Isaia


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS
1999**

**ENTRE A FOLIA E A SACRISTIA:
AS (RE)SIGNIFICAÇÕES E INTERVENÇÕES DA ELITE CLERICAL E
CIVIL NA FESTA DO DIVINO EM FLORIANÓPOLIS (1896-1925)**

MÁRCIA ALVES

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL

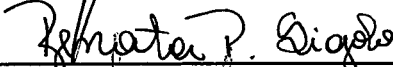
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Artur César Isaia (Orientador/UFSC)
Coordenador do PPGH/UFSC



Prof. M.Sc. Norberto Dallabrida (UDESC)



Profª. Drª. Renata Palandri Sigolo (UFSC)



Prof. Dr. Sérgio Schmitz (UFSC)(Suplente)

Florianópolis, 14 de outubro de 1999

AGRADECIMENTOS

Honestamente acredito que este seja o momento mais importante da dissertação, pois nele quero expressar meus sinceros agradecimentos às pessoas que incentivaram não apenas o término desta obra, mas principalmente contribuíram para a minha formação pessoal e profissional, da qual o presente trabalho torna-se a última conquista.

Trazer a público nomes originalmente significativos da minha vida me encanta e ao mesmo tempo me angustia, pelo receio de esquecer amigos que estiveram ao meu lado e, portanto, foram imprescindíveis nos momentos dedicados à pesquisa.

Gostaria de agradecer aos meus familiares que, durante toda a minha vida, estiveram presentes e atentos às minhas escolhas. Mesmo quando o trabalho me fez abandoná-los, eles não me abandonaram, apoiando-me mesmo sem compreender plenamente o significado do mundo acadêmico.

Minha mãe, mulher forte e batalhadora, foi sem dúvida minha fortaleza protetora neste trabalho e na vida. Meu companheiro Orlan, inconformado com as demoras e conflitos da trajetória, me cobrava diariamente o término do trabalho. Porém, fundamental foi sua amizade e estímulo para o meu crescimento profissional, que agora busco a cada dia com mais fervor.

Os momentos conflitantes da dissertação encontraram na experiência e brilhantismo do professor e orientador Artur Cesar Isaia uma pousada. Além disso, ele

tornou-se um amigo sincero e presente nestes 30 meses. O convívio com meu orientador fez-me concluir que o mestrado foi uma decisão acertada.

O início da minha trajetória acadêmica encontrou no Prof. Norberto Dallabrida a dedicação e o talento necessários. Pacientemente propôs-se a ensinar-me a pesquisar. Durante muitas horas de um expediente tumultuado encontrou tempo para trilhar os meus primeiros textos teóricos, ensinamentos preciosos que encaminharam meus passos de pesquisadora. Foi sob sua orientação que a pesquisa iniciada durante a graduação me fez olhar à frente, ou seja, ao mestrado. Sua colaboração continuou sendo essencial durante todo o curso de pós-graduação.

Agradecimentos especiais a duas professoras que, mesmo pouco me conhecendo, ajudaram-me durante a preparação do projeto, as professoras Renata Sigolo e Silvia Arend, valiosas profissionais de casas diferentes, que me deram sua atenção e espero não tê-las decepcionado.

Durante meu curso de graduação e pós-graduação, contei com professores de muito profissionalismo e serenidade. Por isso, meus reconhecimentos aos professores Luís Felipe Falção, Bárbara Giese, Carlos Eduardo Moreira, da UDESC, e aos professores Maria Bernadete Ramos Flores e Élio Cantalício Serpa, da UFSC. Da mesma forma gostaria de agradecer a colaboração dos meus colegas de projeto, Caroline Kern e Jazam Santos.

Minha gratidão ao departamento de Pós-graduação em História da UFSC e à CAPES, pelo financiamento deste projeto e pelo apoio às atividades deste curso de pós-graduação, do qual usufruí no meu mestrado.

A todos meu muito obrigado.

“As festividades (qualquer que seja o seu tipo) são uma forma primordial, marcante, da civilização humana. Não é preciso considerá-las nem explicá-las como um produto das condições e finalidades práticas do trabalho coletivo nem, interpretação mais vulgar ainda, da necessidade biológica (fisiológica) de descanso periódico. As festividades tiveram sempre um conteúdo essencial, um sentido profundo, exprimiram sempre uma concepção de mundo”.

Mikhail Bakhtin – A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento

ALVES, Márcia. **Entre a Folia e a Sacristia: as (re) significações e intervenções da elite clerical e civil na festa do Divino em Florianópolis (1896-1925)**. Florianópolis, 1999. 117p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Artur Cesar Isaia

Defesa: 14/ 10/ 99

RESUMO

A Festa do Divino em Florianópolis, sempre foi considerada uma importante expressão cultural, no calendário festivo da cidade. Contava com a participação intensa de vários segmentos da comunidade. Durante o período estudado na pesquisa (1896-1925), a festa passa por uma remodelação. Este momento foi orientado nos moldes da romanização que os bispos católicos tentavam implantar no Estado. Eles visavam torná-la “civilizada” para os padrões daquela nova racionalidade. As elites civis estaduais apoiaram as novas orientações e ao mesmo tempo tentaram acatá-las, passando a condenar as atitudes tidas como “ímorais” da população. Os conflitos, as normas e resistências, pesquisados neste trabalho, fazem parte deste momento da festa.

Palavras –chave: Festa; Intervenção; Elite clerical

ABSTRACT

The Party of the Divine in Florianópolis, an important cultural expression was always considered, in the festival calendar of the city. It used to count with the intense participation of the community's several segments. During the period studied in the research (1896-1925), the party has undergone various reforms. This moment was guided in the molds of the Romanization that the Catholic bishops tried to implant in the State. They sought to turn it “civilized” for the patterns of that new rationality. The state civil elites supported the new orientations and at the same time tried to accept them, starting to condemn the attitudes had as “immoral” of the population. The conflicts, the norms and resistances, researched in this work, are part of this moment of the party.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 - DIVINO: DIVERSÃO E SIGNIFICADOS.....	27
1.1 AS RAZÕES DA INTERVENÇÃO NA FESTA.....	27
1.2 A FESTA PROPRIAMENTE DITA.....	38
1.3 HOJE É DIA DE FOLIA.....	49
2 - O CHAMADO À ORDEM.....	54
2.1 - A NORMATIZAÇÃO DO FOLGUEDO.....	54
2.2 - A FESTA DO DIVINO: ENTRE A FOLIA E A ROMANIZAÇÃO	66
3- AGENTES DA ORDEM: DISCIPLINAR É PRECISO	79
3.1 - ATUAÇÃO DA ELITE CIVIL E CLERICAL NO DIVERTIMENTO PÚBLICO	79
3.2 - A IMPRENSA: O DIVULGADOR DA ORDEM.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
FONTES.....	111
BIBLIOGRAFIA.....	113

INTRODUÇÃO

A historiografia por muitos anos preocupou-se em pesquisar os grandes homens a partir das esferas econômica e política. O trabalho, o meio de produção e as guerras ocuparam destaque por longos períodos na história oficial. As festas, o divertimento, o lazer e o ócio eram assuntos pouco relevantes para história, que deixou este estudo para os folcloristas, literários e antropólogos.

No entanto, o desinteresse da historiografia por esses assuntos cessou principalmente com a geração dos Annales e seu interesse por outros campos de estudos além dos já pesquisados pela historiografia tradicional. Pelo contato com outras disciplinas (nesse caso a antropologia), revelou-se um campo repleto de novos interesses. Assim, o mundo cotidiano do homem, onde as festas encontram-se inseridas, deixou de ser interpretado como banalidade, apresentando-se (as festas) como uma lente capaz de visualizar os traços fundamentais de uma sociedade.

Em sociedades que viviam a sua cotidianidade marcadas pelo trabalho, as festas determinavam um momento de ruptura na rotina, um tempo especial, onde era possível realizar coisas que não faziam parte do dia a dia. Segundo Peter Burke, em sua obra acerca da cultura popular, as festas durante a idade moderna se opunham ao cotidiano da população:

Em oposição ao cotidiano, era uma época de desperdício justamente porque o cotidiano era uma época de cuidadosa economia. Seu caráter de ocasião especial vinha simbolizado nas roupas que o povo usava para dela participar – as melhores ...¹

Observamos que este fenômeno não ocorreu apenas nas festas da idade moderna, ele perpetuou-se ao longo da história. Para alguns, as festas eram momentos de extravasar, de beber, de fantasiar, mascarando a realidade rotineira que naquele momento deveria ser ocultado de suas vidas. Em outros casos, as festas não significavam propriamente extravasar e sim homenagear atos e ações de sua história, olhando o seu passado, glorificando os grandes feitos dos grandes homens.

Em ambos os casos, as festas aconteciam num mundo idealizado, onde as dificuldades vivenciadas eram esquecidas naqueles instantes de comemoração, seja pelo retorno ao passado, seja pela esperança em um futuro melhor. Contudo, as festas trazem na sua essência um fundo mágico que, pela sua periodização, rememoram o passado e geram expectativas para o futuro.

As festas possibilitaram à historiografia analisar como uma determinada sociedade se vê ou como desejaria ser vista. O mais importante é que as festas retratam o cotidiano desta sociedade, suas estruturas hierárquicas, suas dificuldades e problemas não solucionados, regras que somente são “permitidas” transgredir no momento das festas, quando os conflitos sociais mostram-se mais explícitos.

¹ BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 p.202

Reiterada a importância do assunto, constatamos a necessidade de um breve olhar sobre o trabalho de duas historiadoras que analisaram este tema, Mona Ozouf e Mary Ryan, pois em nossa pesquisa sobre a Festa do Divino na capital catarinense, observamos características relevantes no que diz respeito às formas e sentidos da comemoração, mesmo sendo a festa estudada uma celebração religiosa.

O estudo da festa pela historiografia tem na autora Mona Ozouf um marco fundamental. O seu estudo clássico, “A Festa - sob a Revolução Francesa”², foi uma das primeiras pesquisas teóricas sobre uma festa, portanto, é imprescindível a todos os pesquisadores do assunto a consulta dessa obra.

A festa revolucionária analisada pela autora é cercada de intenções por partes dos organizadores, que, vivendo o contexto dramático da separação entre Igreja e Estado, buscaram na festa cívica “uma reabilitação do entusiasmo religioso”. Nesta época instituiu-se o 14 de julho como data nacional francesa.

O tempo da festa revolucionária não é o tempo da história. Ela revivia um passado glorioso, de ação e feitos e, por isso, antecipava o futuro durante o tempo da festa, certos de sua indestrutibilidade, de sua imortalidade. Suas crenças e bravuras tornavam-se na festa o real, o plausível, esquecendo as derrotas diárias, comemorando e agradecendo todas as vitórias e graças alcançadas, fazendo da festa um local de reconhecimento histórico.

Ao analisar as paradas norte-americanas do século XIX, Mary Ryan³, nos convida a conhecer esta outra festa cívica. Utilizando-se de um forte suporte documental, a autora demonstra que os ritos dessas comemorações funcionam como um espelho daquela sociedade .

As paradas são parte de uma invenção americana do século passado, uma forma de comemorar os acontecimentos marcantes de sua história. A adesão da comunidade era muito alta. Participavam diretamente do desfile ou assistiam ao cortejo entusiasmados. A parada tinha como intencionalidade “demonstrar uma identidade social comum”⁴ ao povo americano. A sua organização era feita por representantes públicos, que incentivavam a participação de todos aqueles que desejassem desfilar, na tentativa de demonstrar que, naquela sociedade, todos tinham a mesma representação, a mesma importância, os mesmos direitos.

Cercada de intencionalidade, a parada deveria ser a representação autêntica da vida americana, ou seja, de uma suposta democracia. Além disso, esta festa cívica

² OZOUF, Mona. *A festa: Sob a Revolução Francesa*. In: LE GOFF, Jacques e Nora, Pierre. *História Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

³ RYAN, Mary. *A Parada norte-americana: representações de ordem social do século XIX*. IN: HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

⁴ RYAN, Mary Idem. p.179

demonstrava também todas as tensões vividas pelos os habitantes destas cidades, “ numa época em que muitos grupos recorriam aos desfiles para afirmarem seus direitos civis”.⁵

No entanto, o mais importante nesse estudo foi percepção que a “ parada constituiu (para os historiadores) a linguagem pública e cerimonial através da qual os norteamericanos do século XIX conferiram ordem a um universo urbano onde proliferavam a diversidade e as transformações”⁶. Concordamos com essa afirmação e, resguardando as devidas proporções, a transportamos para o nosso tema estudado.

Diante do que foi apresentado sobre estas duas festas cívicas, resta-nos ainda fazer algumas considerações correlacionando estas festas com o nosso trabalho. Como foi dito inicialmente, o período de festa rompe com a rotina diária e, por isso, em algumas festas podem ocorrer “excessos” (bebedeira, cantorias..) por parte de alguns membros da população. Contudo, toda a festividade é cercada por regras, em alguns casos mais, em outros menos rígidas. Mas, de fato, nas festa sempre haverá uma ordem estabelecida, de conhecimento de todos os participantes.

No cenário brasileiro, Jaime de Almeida, estudioso do tema, também percebe a festa como um momento que rompe as dificuldades diárias:

⁵ RYAN, Mary. *Ibidem.* p.185

⁶ RYAN, Mary. *Ibidem.*p.189

É sobretudo na festa, ritual coletivo, que a sociedade pode ter (e efetivamente tem) uma visão não rotineira de si mesma, quando não fica como é normalmente, nem como poderia ser, já que a festa é, por definição, um estado passageiro. Mas esse estado passageiro talvez pudesse permanecer, prolongar-se e aprofundar-se... a festa é, também por definição utópica.⁷

Para o historiador, a festa não se encontra inserida num tempo preciso, dependendo da interpretação de cada participante. Isto pode ser percebido facilmente nas festas cívicas, onde as comemorações estão relacionadas com a história e memória da comunidade e do indivíduo. Entendemos que as festas religiosas também podem não estar em um tempo determinado, outros momentos podem estar sendo vivenciados através de recordações. Porém, acreditamos na “força” daquele ritual da festa, ou seja, o lúdico, o mágico e o sagrado reforçam e retomam o presente da celebração.

Em âmbito regional, Maria Bernadete Flores também estudou o assunto no seu clássico *A Farra do Boi*. A historiadora aponta a possibilidade do estudo da sociedade através de um olhar festivo, pois nas festas podem-se visualizar “as categorias sociais” e sua forma de ação da comunidade. Para ela, remetendo-se a Almeida, a festa

...pelo seu caráter repetitivo, pela sua particularidade em reunir a coletividade, pelo momento de exacerbação da vida social, pode nos mostrar uma outra organização social. Ademais, pelo fato de grande parte das categorias sociais - trabalhadores manuais, mulheres e crianças, minorias étnicas, idosos, etc. - quase nunca produzirem documentos escritos, a festa pode significar o momento em que estas minorias expressam, por meio da palavra ou outras linguagens, seus valores, suas crenças, enfim sua cultura. A festa pode ser ainda o lugar dos

⁷ ALMEIDA, Jaime de. Festas, Civismo e Memória da República. In: *Revista Catarinense de História*. Vol. 1: UFSC, 1990. p.96

“bodes expiatórios” , dos conflitos, das exclusões, de controle, da disciplina, da educação e da reforma do povo, bem como na resistência a todos estes processos ⁸ .

Verificamos que nos dois exemplos de festas cívicas abordados anteriormente, as sociedades vivenciavam momentos de incertezas. As transformações no cenário político-econômico-religioso, que abalaram suas estruturas sociais, desencadearam um cotidiano de tensões, muito distante do seu passado glorioso. Essas crises também eram visualizadas durante o tempo da festa, o que “não impedia” que elas ocorressem dentro de uma ordem, onde a ritualização “deveria ser obedecida”, “ era um exercício não apenas de autodisciplina, mas também de disciplina social”.⁹

Neste momento, gostaríamos de propor uma breve retomada do tema central desta pesquisa, “ Entre a Folia e a Sacristia: da Ordem: As (re) significações e intervenções da elite clerical e civil na Festa do Divino em Florianópolis (1886- 1925)” . Para tanto, necessitamos de um olhar contemplativo ao período, para entendermos o contexto em que o assunto se encontra inserido.

Os grandes centros brasileiros passaram por profundas transformações urbanas no final do século XIX. Reformas decorrentes de uma campanha de modernização das grandes cidades do país, derivadas principalmente de um desejo disciplinador do espaço

⁸ FLORES, Maria B. R. *A Farra do Boi*. Palavras, Sentidos, Ficções. Florianópolis: UFSC, 1997. P.46-7

⁹ RYAN, Mary. *Op. Cit.* P.207

público e da vida da população mais humilde, por parte da elites destas capitais. Hermetes Araújo, ao estudar as modificações na capital catarinense neste período, depara-se com uma cidade mergulhada nas mesmas preocupações dos outros centros do país,

No que se refere a Florianópolis, verificou-se também no período, e de maneira mais intensa, no decorrer dos três primeiros decênios do século atual, a instauração e a circulação de uma diversificada série de imagens, discursos, valores e práticas que densificaram todo um campo de variados graus de reformas sociais, políticas, urbanísticas, administrativas, sanitárias etc. Como parte integrante e inseparável deste movimento ocorreu ainda a produção de saberes científicos e práticos acerca da realidade local e, sempre em nome de uma apregoada necessidade de modernização geral da sociedade, assistiu-se ao mesmo tempo um diversificado número de intervenções e de tentativas de controle junto à população, especialmente no que dizia respeito aos segmentos mais humildes.¹⁰

As modificações do espaço público correspondiam a um remodelamento da estrutura urbana das cidades, com projeções de novos bairros, calçamentos de ruas, construções de obras públicas e campanhas de saneamento, muito freqüentes no período. Contudo, também fez-se presente a ação dos higienistas, que, sob o pretexto de “desinfetar” as moradias nos bairros pobres, conseguiram afastar os grupos de pior situação econômica da cidade, privilegiando os mais ricos com a segregação espacial dos grupos eminentemente mais pobres, que eram classificados, assim como a sua moradia, de “imundos”, tratando de um problema social como sendo uma questão médica¹¹.

São as casas imundas o berço do vício e do crime. O socialismo destruidor e pernicioso para o progresso de uma nação encontra nesses antros das grandes cidades uma atmosfera favorável

¹⁰ ARAÚJO, Hermetes R. *A Invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república*. São Paulo: PUC, 1989. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, 1989. P.9-10.

¹¹ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. Utopia da cidade disciplinar*: Paz e Terra, 1985.

para seu engrandecimento. Os indivíduos que vivem na miséria e abrigados aos pares, em cubículos escuros e respirando gases mefítico, que exalam de seus próprios corpos não aseados, perdem de uma vez os princípios da moral e atiram-se cegos ao crime ao roubo de forma a perderem sua liberdade ou a ganharem por essa forma meios de se alimentarem ou dormirem melhor.¹²

Portanto, através de medidas arbitrárias, foram-se reformulando questões sociais, considerando a miséria como um fator agravante para a imoralidade. Assim, num processo de total desconhecimento do outro, procurou-se modificar a cidade condenando as condutas das classes mais pobres.

Da mesma forma que outros centros brasileiros, Florianópolis tentava adequar-se em uma capital “moderna”. Repetindo os modelos de urbanização já concretizados no país, buscava incessantemente uma remodelação do espaço público pelas vias arquitetônicas, com a criação de novos prédios e avenidas e pela reformulação de condutas. As elites locais, assimilando os discursos de “civildade” em voga no país, tornaram-se

¹² VEIGA, Evaristo. apud. Rago, Margareth. op.cit.n.11. Para saber mais sobre a relação entre miséria e imoralidade, bem como, a relação entre medicina e reformas sociais ver: Machado para o autor, a “... medicalização da sociedade – processo que na atualidade cada vez mais se intensifica – é o reconhecimento de que a partir do século XIX a medicina em tudo intervém e começa a não ter mais fronteiras; é a compreensão de que o perigo urbano não pode ser destruído unicamente pela promulgação de leis ou por uma ação lacunar, fragmentária, de repressão aos abusos, mas exige a criação de uma nova tecnologia de poder capaz de controlar os indivíduos e as populações tornando-os produtivos ao mesmo tempo inofensivos; é a descoberta de que, com o objetivo de realizar uma sociedade sadia, a medicina social esteve, desde a constituição; ligada ao projeto de transformação do desviante – sejam quais forem as especificidades que ele apresente – em um ser normalizado ... A produção de um novo tipo de indivíduo e de população necessário à existência da sociedade capitalista, antes mesmo do aparecimento das grandes indústrias, está, portanto, intrinsecamente ligada ao novo tipo de medicina que pela primeira vez equaciona relação de causalidade entre os termos saúde e sociedade”. MACHADO, Roberto et alii. Melhor Prevenir que Remediar. In: *Danação da Norma: Medicina social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978 p.156

porta-vozes deste referencial, desejando instaurar na cidade novas regras de higienização e comportamento para a população.

O período analisado nesta pesquisa (1896-1925) corresponde ao momento de transição da sociedade florianopolitana, constituído pela implantação da República e pela chegada ao governo estadual das “novas elites”, oriundas das promissoras zonas de colonização do Estado. Sobretudo, em nosso estudo, destacamos, naquele momento, o processo de romanização da Igreja Católica, com a chegada de Monsenhor Topp à capital, (principal organizador da Igreja romanizada no estado e onde permaneceu até o ano de 1925, data de sua morte) - e com a criação da Cúria de Florianópolis, em 1908, juntamente a vinda das congregações estrangeiras e a chegada de bispos romanizados à capital.

Assim, para efetivar a transformação na cidade, foi necessária uma reforma urbana, com o deslocamento de alguns “incômodos” populares, principalmente das redondezas do centro. Mas, acima de tudo, tentaram cultivar na população “novos” hábitos, pois os costumes em vigor não lembravam uma capital “civilizada”, segundo o modelo da época. Nesta tarefa complexa, a elite local contou com o apoio da Igreja Católica. Esta instituição atuaria como “arauto” de regras de moralização e ordem para os fiéis da capital.

O processo disciplinador idealizado pela elite visava atingir todas as etapas da vida cotidiana dos populares, com atos regulamentadores principalmente do espaço público, tornando-se comum no período a publicação, em jornais, da forma “correta” de comportar-

se às ruas. As orientações de como vestir-se, namorar, passear, beijar, mereciam destaque nos periódicos da época, destinados a todos os níveis da população, pois mesmo os mais ricos também necessitavam adequar-se aos novos tempos. A Festa do Divino, por sua vez, mereceria um olhar especial por parte da Igreja e da elite local, pois nela aconteciam momentos de grande exaltação popular, com bailes em praça pública. A festa era precedida da Folia do Divino, uma confraria de músicos, que saía de casa em casa pedindo donativos à população e promoviam bailes nas freguesias da capital, nas casas que os recebiam. A Folia do Divino foi a forma mais perseguida e desqualificada da festividade, pois dela participavam basicamente os populares, e suas atitudes eram condenadas e classificadas como imórais para o período.

A Festa do Divino fez parte deste processo disciplinar idealizado pela elite civil e apoiado pelo clero, e somente far-se-ia completo com a normatização completa do indivíduo, de sua moradia, de suas atitudes, de seu corpo que, durante o período, foram alvo de campanhas de moralidade. As condutas dos populares foram rotuladas, muitas vezes, como “promíscuas” e “imorais”. Esta sociedade não investia apenas em idéias, a tentativa de controle da população foi principalmente verificada no controle do corpo. Da mesma forma que observou Foucault:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa pelo corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. 13

Assim, juntamente com orientações e determinações sobre o “novo” comportamento para os populares, foi intensificado o controle das condutas e das moradias da população, tanto com a ação efetiva dos médicos higienistas, como também com os discursos sobre o comportamento da população em público e no modelo que as “boas” famílias deveriam adotar. Os agentes disciplinadores tentavam “um poder cuja função mais elevada ... investir sobre a vida, de cima para baixo”¹⁴, numa força determinante de supremação e alteração de valores.

Portanto, é intenção desta pesquisa compreender o processo de remodelamento dos costumes, através do desvendamento dos discursos político-religiosos que serviram para justificar uma “nova” mentalidade e a adoção de “novos” comportamentos para a população de Florianópolis. Estes discursos foram disseminados pelos meios de divulgação da época¹⁵.

¹³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.p.80

¹⁴ _____. *História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p.131

¹⁵ Nosso entendimento de discurso neste trabalho baseiam-se em Chartier quando refere que os objetivos do discurso ou da prática discursiva “ numa sociedade tem por finalidade esquadrihar o tempo e os lugares, disciplinar os corpos e as práticas, modelar, pelo ordenamento regulado dos espaços, as condutas e os pensamentos”. In: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa : DIFEL, 1990 p.60.

Roberto DaMatta¹⁶ trata o universo das festas, no seu estudo do carnaval , através das ritualização, por entender o rito como um símbolo discursivo:

Como todo discurso simbólico, o ritual destaca certos aspectos da realidade. Um de seus elementos básicos é tornar certos aspectos do mundo social mais presente do que outros... O mundo ritual é, então, uma esfera de oposições, de destacamento e integrações, de saliências e inibições de elementos. É nesse processo que as “coisas do mundo” adquirem um sentido diferente e podem exprimir mais do que aquilo que exprimem no seu contexto normal.¹⁷

No objeto de nosso estudo, a festa, também cercada de ritual, podemos perceber as alterações desta sociedade sob a ótica de uma festa, cercada de elementos curiosos. A Festa do Divino, enquanto festividade religiosa, permaneceu por muito tempo sob o comando dos populares. Era uma comemoração bastante aguardada e festejada na capital. Durante o período abordado, sofreu grandes intervenções no seu caráter festivo, assumindo um caráter clerical e sacramental, dentro dos moldes romanizados.

As modificações na festa e nos hábitos dos populares não se deram sem resistência, sendo este um aspecto de grande relevância no estudo do tema. No entanto, não apreciaremos este aspecto em nenhum capítulo específico sobre o assunto, por entendermos que as resistências permearão todo o período abordado, já que, as proibições nas festividades foram várias vezes reeditadas, demonstrando, portanto, que os atos tidos como proibidos continuaram a ser praticados. Assim, de um lado, observaremos a Igreja Católica

¹⁶ Roberto DaMatta, é antropólogo e autor da obra *Carnavais, malandros e heróis*

¹⁷ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978. p.63

em processo de romanização, tentando impor novas interpretações às comemorações e, por outro lado, perceberemos a perpetuação de alguns costumes, condenados naquele momento.

O estudo deste tema não se faria completo sem uma análise breve do próprio processo de romanização¹⁸ da Igreja, por ser este fenômeno a principal razão para o engajamento do clero na tentativa de mudança da população, pois, no modelo romanizado, a Igreja buscava formar e moldar seus fiéis dentro de um modelo tridentino. Desta forma, a Igreja condenou a forma da festa tradicional, proibiu a folia e festejos, alterou crenças e tornou o clero um agente efetivo da ordem religiosa e moral na festa e na sociedade florianopolitana.

Portanto, são objetivos desta pesquisa a compreensão dos discursos político-religiosos, construídos pela elite clerical e civil, que visaram instaurar, na sociedade florianopolitana, novas formas de comportamento e de mentalidade. Para isso, precisamos analisar como atuou a Igreja, tentando adequar a religiosidade dos populares a um modelo romanizado, que veio ao encontro dos interesses da elite local no seu projeto idealizador de uma capital “civilizada”.

¹⁸ Segundo Oliveira, a romanização pode ser definida como “... conjunto de práticas e representações religiosas marcadas pela ênfase nos sacramentos, que, introduzido no Brasil por agentes especializados da instituição religiosa, configura-se como um catolicismo onde a figura central é o padre, ministro dos sacramentos e detentor do poder de falar em nome de Deus para toda a comunidade religiosa”. OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. *Catolicismo Popular e Romanização do Catolicismo Brasileiro*. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, Rio de Janeiro. Vol. 36, fasc. 141, mar de 1976. P.141. Podemos mencionar ainda que a romanização caracteriza-se pela vinculação à sede romana da Igreja e foi baseada na moral proposta pelo Concílio Tridentino, realizado no século XVI.

A Festa do Divino contrariava os padrões de moralidade que tentavam implantar na capital. Pretendemos analisar as modificações internas da festa, visualizando a tentativa de remodelamento de condutas e, por outro lado, a resistência exercida pela comunidade, não convencida da nova forma de celebrar a festa.

Para concretizar nossos objetivos, optamos pela divisão do tema em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “ Divino: diversão e significados ”, buscamos analisar os aspectos da festa anteriores ao processo de romanização e as razões pelas quais houve intervenção na festa. Este capítulo serve como um marcador do período inicial da festividade. Utilizamos como fontes livros e romances escritos na época, bem como historiadores e romancistas que estudaram o período. Neste momento do texto, esperamos explicitar o caráter festivo e divertido da comemoração, pois torna-se imprescindível fazê-lo, para posteriormente visualizarmos as alterações ocorridas.

No segundo capítulo, “Chamado à ordem”, nossa preocupação crucial é apresentar a busca da normatização na festa, pois foi desta forma que compreendemos aquele momento de transição . Utilizamos como principais fontes de pesquisas os documentos eclesiásticos, tais como cartas pastorais, sínodos diocesanos, resenhas eclesiásticas, atos regulamentadores e jornais do período. Procuramos também demonstrar que aquele momento da festa foi caracterizado por um meio-termo, ou seja, estava entre a folia (a festa tradicional) e a romanização.

No terceiro e último capítulo, ao qual denominamos “ Os agentes da ordem: disciplinar é preciso”, procuramos analisar a atuação da elite civil e clerical no divertimento público. Em um período em que se tentava disciplinar às ruas da cidade, os jornais funcionaram como divulgador e normatizador das regras de conduta. Por isso, são eles nossa principal fonte de pesquisa neste capítulo. Decretos e leis complementam este estudo.

Além das fontes pesquisadas em arquivos locais, utilizamos neste estudo um referencial teórico, que subsidiou as conclusões deste trabalho. Os autores consultados são: Roger Chartier,¹⁹ no seu entendimento acerca das lutas de representação e no seu conceito de apropriação; Mikhail Bakhtin,²⁰ no que tange seu entendimento sobre circularidade cultural, ou seja, a festa no seu momento de transição, que apresenta características da celebração tradicional e também da romanizada. Por último, utilizamos o conceito de tradição inventada, dos autores Eric Hobsbawn e Terence Ranger,²¹ pois a festa-tema desta pesquisa foi uma tradição inventada em Portugal e reinventada na Ilha de Santa Catarina.

Neste momento, convido-os para conhecer meu trabalho.

¹⁹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990. e Textos, impressão, Leituras. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

²⁰ BAKHTIN, Mikhail. *A cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

²¹ HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

1 - DIVINO: DIVERSÃO E SIGNIFICADOS

1.1 As razões da intervenção na festa

Quando realizamos o estudo da Festa do Divino no século XIX até o começo da Primeira República, deparamo-nos com uma festa rotulada de expressão do povo, a mais bela de todas. Ao começar, as primeiras leituras do tema enfatizavam os preparativos para a festa, contagiados por um clima de diversão. Portanto, percebemos que a alegria, o exagero no comer e beber, a dança, a música, o mágico e o lúdico estarão presentes neste estudo. Ao iniciar este primeiro capítulo, gostaríamos de lembrar que o estudo desta festa nos remete a estas emoções, que permearão todo o nosso texto.

A Festa do Divino Espírito Santo em Florianópolis era uma celebração religiosa, em que homenagear o seu orago significava primeiramente um espaço para a alegria da população. Os preparativos da festa eram marcados pelo desejo de realizá-la bem, com muito esforço de todos. Do festeiro aos participantes, todos tentavam fazer a cada ano uma festa mais bonita e com o maior luxo possível. Sem romantismo, a Festa do Divino era feita pelo povo para o povo brincar e extravasar.

Obviamente, este trabalho não é uma narrativa das festas, meu objetivo, ao retomar temas por vezes já estudado, foi salientar as mudanças ocorridas na festa, como partes integrantes de um processo de transição que ocorreu na cidade nas primeiras décadas deste século. A hierarquia religiosa interferiu diretamente e determinou alterações fundamentais na celebração ao Divino. Portanto, propomo-nos a entender este momento de

mudanças na festa, remetendo-nos às transformações internas da Igreja no período. Entendemos que a contribuição maior deste trabalho esteja na análise de como as elites clericais tentaram alterar velhas formas de expressão, substituindo condutas e sentidos na festa. Por vezes, os participantes continuaram a praticar os ritos condenados pela Igreja. Essas resistências e (re)significações serão posteriormente trazidas ao trabalho.

Neste capítulo, pretende-se lançar um olhar sobre a tradicional Festa do Divino, aquela que ocorria antes da intervenção da Igreja Católica. Nossa intenção é verificar as práticas que existiam e como eram realizadas e por que foram alvo de críticas. Para pesquisar este tópico nos valem os escritores do período, obras conhecidas do grande público e também matérias dos jornais da época. Assim, poderemos traçar um perfil dos participantes e da festa nesse período.

A Festa do Divino, apesar das divergências quanto à sua origem,¹ foi destacada por Oswaldo Rodrigues Cabral como tipicamente açoriana,

¹ Segundo Cascaes, existia, desde o século XIII, uma tradição na Alemanha, onde o imperador Oton III, celebrava uma festa com o intuito de angariar esmolas para os pobres. Também na França houve uma organização com a mesma finalidade, sob a evocação do Divino Espírito Santo. Virgílio Várzea compartilha da mesma opinião ao escrever em seu livro, Santa Catarina: a Ilha "... nos estados alemães determinavam um dos imperadores da dinastia Othon, a lançar os fundamentos desta instituição, como banco formado de esmolas para acudir a pobres nos anos de penúria. Da divindade que invocavam, do imperante que tomara a iniciativa nasceram os festejos religiosos, que a confraria imperial, voltada ao culto do Divino Espírito Santo nesta quadra do ano, devoção costume que se propagou pelos estados da Europa cristã, cujos reis marcharam a frente da obra a seu modo civilizadora e humanitária, até que o povo foi usurpar o privilégio e se apoderasse da instituição pia.." p.69. Ainda referendando à mesma opinião, Nereu do Vale Pereira, no livro "Ribeirão da Ilha Vida e Retratos", comenta sobre a devoção ao Divino Espírito Santo. "Remonta ao século XII, em França e Alemanha, o aparecimento das confrarias (irmandades) do Divino Espírito Santo que se dedicaram, continuamente, às obras de caridade". No

(...) aqui se mantinha na quase na totalidade sua pureza. A festa do espírito requeria barulho, foguetes, música, canto, alegria, muita comida (nos açores chama-se o bodo) e alguma bebida, muita confraternização para a qual, na sua origem, foi instituída. Festa popular por excelência.²

Este mesmo autor, após alguns parágrafos de descrição da festa, iria escrever o que entendemos ser o verdadeiro significado desta celebração. Esta festa religiosa, contava com a participação do grande público, onde os ritos da comemoração funcionavam também como alegorias necessárias à diversão.

...a festa era variada, não ficava limitada à tradição. Tudo dependia do gosto do festeiro, da sua animação, muito mais do que da sua devoção, pois, para falar a verdade, o espírito, em que menos se pensava nesta funções, era mesmo o santo....”³

Ao analisar este comentário, torna-se fácil compreender por que a Igreja Católica, representada pelo vigário, e que atuava como coadjuvante na celebração, e a população, que lotava a igreja para assistir as novenas, tinha cada um o seu próprio entendimento dos símbolos do Espírito Santo. não causa espanto o fato Igreja intervir diretamente na compreensão dos elementos do Divino. Mesmo porque o catolicismo vivenciado pelo povo na festa resumia-se a freqüentar as missas e venerar os símbolos. Ao festeiro, cabia garantir o luxo na festividade, o que significava ser “ bom católico”:

entanto, todos os autores compartilham da opinião de que a festa celebrada em Desterro e, posteriormente, em Florianópolis, muito se assemelha com a festa praticada nos Açores e que esta festividade foi trazida para ilha junto com a bagagem cultural dos imigrantes açorianos.

²CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro. Memória*, Florianópolis: Lunardelli, 1979. p.270

³Idem n. p.273

Estiveram imponentes este ano as festas feitas pela perseverante Irmandade do Divino Espírito santo, em honra ao seu orago. Para isso muito concorreu o nosso distinto amigo Sr. Durval Livramento que na qualidade bom católico, não poupou esforços nem sacrifícios para o brilhantismo das mesmas. A missa solene, esteve concorridíssima, como brilhante foi o ato da tradicional coroação do Imperador. Durante três noites de leilão, realizado na barraquinha, levantada no largo em frente a matriz, houve grande concorrência, sem que tivesse havido a menor alteração da ordem pública, o que muita recomenda o espírito Ordeiro da população da nossa capital. A casa do Festeiro estava preparada com gosto e a iluminação ageorno, feitas nas árvores da chácara era de efeito deslumbrante. Na terça-feira foram queimados lindos fogos de artifícios no largo fronteiro a casa do festeiro, que em sua residência reuniu muitos amigos e famílias que foram obsequiados com toda a delicadeza e fidalguia. Ao champanhe falou em nome da Irmandade o Sr. Pompílio da Luz, enaltecendo os bons serviços que o Sr. Livramento prestará à corporação, seguindo-o depois o Sr. Aristides Mello, que orou em nome dos amigos presentes. A festa promovida pelo distinto conterrâneo Sr. Durval Livramento, deixou bem doces impressões. Foi eleito para o ano futuro o Sr. Antonio Joaquim Coelho, que, sem dúvida, imitará o seu antecessor, como católico pratico que é”⁴.

Um primeiro elemento que deve ser considerado é que a festa ocorria em um espaço público, onde a atitude dos participantes ficava à vista de todos. Com isso, bebedeiras, danças e música ocorriam em plena praça, no centro da cidade. Por ser uma festa de grande importância na comunidade, muitas pessoas vinham dos arredores e pelas dificuldades e distância não retornavam a suas casas, permanecendo os três dias da festa nas imediações da catedral.

O centro da cidade, neste momento, foi alvo permanente das tentativas de reformulações dos hábitos de viver da população. O comportamento almejado pelas elites locais muito se assemelhavam aos padrões europeus. As reformulações buscadas no espaço público constituíam-se desde um novo projeto arquitetônico até a remodelações dos hábitos e condutas da sociedade local.

⁴A Fé, Espírito Santo. Florianópolis. Ano IV. 31 de mai. 1907 n. 146

Sendo assim, as remodelações recairiam principalmente na população mais humilde da capital, por ser a mais afastada do padrão desejado. As camadas médias buscavam (e buscam até hoje), incessantemente, subir os degraus econômicos e culturais, tentando incorporar as novas condutas determinadas; com isso, esperavam não somente copiar as elites mas também tornarem-se parte delas.

Os hábitos da camada mais pobre da população em nada lembravam os costumes e a educação dos grandes centros culturais do período. Pelo contrário, sua autenticidade em expressar seus sentimentos fazia com que eles utilizassem exaustivamente o espaço público para sua diversão.

No espaço da festa, a população misturava-se. A Irmandade do Divino Espírito Santo era composta por membros da elite local e por alguns integrantes das camadas médias.⁵ Na praça e nos arredores eles encontravam-se com os populares. No festejo da tradição, os participantes pertencentes a várias camadas sociais viviam formas de expressão diferenciadas neste mesmo espaço, alvo da remodelação proposta pela elite.

O combate ao catolicismo popular, nas suas mais variadas manifestações, encetado pela hierarquia eclesiástica, veio ao encontro dos interesses da elite, pois era nas festas, nas procissões, nas romarias que homens e mulheres das mais diferentes camadas sociais

⁵ A Irmandade fundada em 1773, teve entre fundadores o governador da capitania, Francisco de Souza de Menezes e mais pessoas. Segundo Lélia Nunes In: Festa do Divino: Origem é no século 13. *Diário Catarinense*. 25 de mar. De 1996. p.9 Encarte Especial. Segundo Serpa, a "Irmandade do Divino Espírito Santo congregava elementos pertencentes às camadas médias da sociedade, e a Irmandade do senhor dos Passos tinha, na constituição da mesa provedora, as elites dirigentes de Florianópolis". In: SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e Poder em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1984 p.54

espriam-se, misturavam-se e se diferenciavam. Era também um momento em que todos estavam juntos, transgredindo a normalidade do cotidiano vivido. Era, portanto, um espaço de sociabilidade a ser remodelado para ter a cara de que as elites achavam, no momento, como sendo civilizado.⁶

Acredito que a diferença de comportamento na festa, caracterizada por uma heterogeneidade nos hábitos e condutas da população em espaço público e pelos anseios de unificação de comportamentos, constitui-se em um dos motivos de intervenção na Festa do Divino. Os hábitos não compartilhados tornam-se ainda mais acentuados com diferença econômica dos participantes:

As doceiras quase todas crioulas velhas, sentavam-se em caixotes por traz dos tabuleiros abertos à espera dos fregueses certos, pois nem todos que iam à festa poderiam adquirir o que se expunha nos a leilões, destinados a dar maior lucro”.⁷

Analisamos a pouca participação do clero como mais um elemento para intervenção na festa. No período, o clero da capital era insuficiente para atender as poucas paróquias existentes. Também devido à forma de catolicismo instaurada no Brasil, sua participação nas festas religiosa, dar-se-ia em segundo plano⁸. Como observamos na fala de Franklím Cascaes a respeito da participação do clero na festividade:

⁶ SERPA, Élio C. op.cit. p.111

⁷ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. op. cit. p.272

⁸ Segundo Azzi, do catolicismo luso-brasileiro, “Pode-se mesmo dizer que dentro da mentalidade tradicional o catolicismo é uma religião do povo, não do clero”. In: AZZI, Riolando. Elementos para a história do catolicismo popular. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro, vol. 36, fasc. 141, mar. 1976.p. 98. Portanto, o leigo tem papel fundamental, ele forma e coordena as confrarias e irmandades, zela e mantém o culto, constrói oratórios e realiza as festas dos padroeiros e oragos. Portanto, nas festividades o clero é um convidado, cabendo-lhe muitas vezes a pronúncia de sermões típico deste modelo de catolicismo. Por esta tarefa eles recebiam remuneração, como destaca Cabral ao referir-se aos sermões

Era uma festa do povo, a igreja não tinha nada a ver com ela. O padre ganhava o seu dinheiro para rezar a missa ou uma novena, e o resto era do povo. O padre também não desfilava com o divino, só acompanhava. Era pago para acompanhar. Depois que os padres foram tomando conta, até que controlaram tudo, como aconteceu na Trindade.⁹

A responsabilidade da festa recaía na própria comunidade. O festeiro deveria promover e arcar com os gastos ; a Irmandade era responsável pela organização dos eventos, bem como pela manutenção e cuidado dos “símbolos sagrados” do Divino. A comunidade como um todo doava prendas, participava intensamente da festa e promovia seus próprios costumes, como a folia, totalmente desvinculada das normas religiosas ou do “ bom comportamento” sonhado pela elite.¹⁰

O papel secundário do clero na festa será um ponto combatido pela nova concepção de catolicismo que tentava instaurar-se na capital no século XX. Num momento de mudanças internas, a Igreja objetivava controlar de forma mais direta a conduta dos participantes. Isso se daria com mais eficácia, efetivamente, na organização e no desenrolar da celebração.

realizados na Procissão dos Passos: “ ... Desde o seu inícios, entretanto, eram proferidos dois sermões por ocasião das festividades, percebendo, nos primeiros anos, o sacerdote que os recitava, pelos dois, 12\$800..”.IN: CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro. Memória*. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 257.

⁹ Cascaes, Frankilim. Apud: Glauco Carneiro. Roteiro da ilha encantada. Diário Catarinense . Florianópolis. 6 de mar. de 1996. p.9

¹⁰ Este momento da festa, anterior à romanização, predomina o catolicismo luso-brasileiro, onde , segundo Wernet, “As festas e manifestações religiosas, constituíam-se numa forma de reunião social, uma verdadeira expressão “comunitária” , sobretudo nas regiões rurais com seus engenhos e fazendas isoladas. O sagrado e o profano andavam unidos e de mãos dadas. As procissões e festas religiosas quebravam a monotonia e a rotina da vida cotidiana, sendo muitas vezes uma das poucas oportunidades para o povo se divertir e distrair” . In: WERNET, Augustin. *Antigas Irmandades e Novas Associações Religiosas*. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1992. P. 55.

Num primeiro momento, a presença efetiva do clero causaria certo desconforto por parte de alguns participantes da festa, como afirma Cascaes, segundo o qual os padres foram tomando conta de tudo. Obviamente isto não ocorreu imediatamente após a reformulação do catolicismo. As determinações do Concílio Tridentino e do Vaticano I foram reforçadas pelo Concílio Plenário da América Latina, em 1899,¹¹ foram atingindo o Estado lentamente através da Diocese de Curitiba.

A Igreja Católica em Florianópolis foi-se tornando romanizada paulatinamente. Quando de Monsenhor Topp chegou à capital, encontrava-se em estado precário, com número bastante escasso de padres, sendo que poucos seguiam os moldes da romanização. Com a distância em relação à diocese de Curitiba, a instituição estava sem comando e abandonada. Com a passar dos anos e a chegada de bispos alemães, a Igreja passa a trilhar os moldes romanizados. A implantação da Cúria e atuação de Dom João Becker (Bispo reformador), juntamente com a vinda de congregações estrangeiras (característica da romanização), a Igreja da capital vai assumindo outra face. O Bispo diocesano lançaria mãos de todas as suas forças no sentido de remodelar condutas do clero e da população e de conquistar aliados na esfera pública. Nos anos da romanização, os dois bispos, Becker e

¹¹ O Concílio Plenário da América Latina, segundo Wernet, “... é a afirmação da autoridade da igreja institucional romana, eliminando todas as variações populares regionais e tradicionais do catolicismo brasileiro atingindo particularmente as confrarias, irmandades e ordens terceiras. Este procedimento fez com que estas tradicionais organizações legais, até então com grande autonomia financeira e administrativa fossem rigorosamente enquadradas nas estruturas hierárquicas, centralizadas na Igreja romana”. In: WERNET, Augustin. *O Auge da Romanização: O Concílio Plenário da América Latina*.

Oliveira, realizaram três sínodos, que reforçavam as pastorais coletivas¹² de âmbito nacional. Nestes anos, houve um trabalho intenso para adequar esta diocese aos padrões de romanização, já alcançados na Igreja paulista.

Neste processo, os padres foram redefinindo sua função no culto ao Divino. Primeiramente na festa da Igreja Matriz e da Trindade e, muito tardiamente, nas comunidades mais afastadas, como a do Rio Vermelho e do Ribeirão da Ilha, que ainda permaneciam com as características tradicionais da festa, muitos anos após a reestruturação da comemoração pelo clero.

Tendo em vista a mudança da participação do clero na festa, mais um elemento apresentava-se como obstáculo na forma de comemoração : a separação entre sagrado e profano na celebração do Divino. Como observou Isaia nos seus estudos no Rio Grande do Sul:

O catolicismo dos habitantes luso-brasileiros do Rio Grande do Sul apresentava uma confusão entre a esfera sagrada e profana, fenômeno contra o qual se insurgira a concepção tridentina representada pelo episcopado. Segundo essa concepção, a catequese seria o meio eficaz para “eivar” o nível da formação religiosa do povo, separando o religioso do festivo, o espiritual do social.¹³

12 Segundo Wernet, a pastoral coletiva do ano de 1901 “... é um trabalho que une a experiências de muitos anos de dedicação e de zelo às importantes disposições e decretos do Concílio Plenário da América latina”. In: WERNET, Idem p.200. Resta-nos lembrar que nos decretos de concílio “... as fontes mais citadas são as encíclicas de Leão XIII, Pio IX e os decretos do Vaticano I”. p.198

¹³ ISAIA, Artur C. *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p.34

Tanto no Rio Grande do Sul, como em Santa Catarina e em outros centros urbanos ocorreu o mesmo fenômeno: o religioso e o festivo misturavam-se desde os primórdios da celebração, sendo que o profano para alguns participantes era mais importante que o sagrado. A tarefa da Igreja Católica apresentava-se como um desafio, algo reunido num universo só, a festa.

As novenas do Divino, que se realizavam na semana anterior à festa de Pentecostes, eram concorridíssimas. Porque, depois delas, faziam-se os leilões, e isto era muito importante, numa sociedade que não dispunha de centros de reunião social.¹⁴

Dentro do caráter festivo, as novenas eram igualmente importantes, assim como os leilões que aconteciam após as orações. A devoção ao Divino foi também caracterizada pelo pagamento de promessas, agradecendo pelos milagres alcançados. A graça recebida era retribuída com massas que representavam partes do corpo humano.

Ao Império se recolhiam os ex-votos de cera, mãos, pés e cabeças esbranquiçadas, seios de mamilos pontudos, pernas, braços - tudo promessa dos que, tendo invocado o divino paráclito, se haviam curados mazelas que afetavam os órgãos ofertados.¹⁵

A concepção milagrosa do agir divino era incompatível com a nova forma de pensar da Igreja, pois os fiéis tinham um contato direto com o seu protetor, não precisando da figura do padre e nem de estar presente da Igreja.

¹⁴ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. op. cit. p.271.

¹⁵ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. op. cit. p. 273

onde se dava uma ligação direta e imediata com o sagrado, quer seja santo, alma ou mesmo Deus, chocava-se com aquilo que era vital no catolicismo romanizado, em que a salvação seria alcançada através da Igreja mediante a prática dos sacramentos”¹⁶.

A Igreja Católica, neste contexto, tenta uma apropriação dos símbolos tidos como sagrados: a coroa, a pomba e o próprio Divino Espírito Santo, nomeando-se a única forma legítima de chegar até eles. Desta forma, as expressões anteriores à sua intervenção são rotulados como profanas. Se a Igreja era a única a possuir os domínios do sagrado, seu papel passava a assumir novas características. Naquele momento, a instituição representada pelo clero tornava-se fundamental dentro da festa. Sobre esta legitimidade do clero, nos remetemos a Roger Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.¹⁷

Com o domínio legitimado do sagrado, o clero ditaria as novas formas de conduta na festa e na sociedade. Proibir a folia não era apenas um ato autoritário, o não obedecer caracterizava-se como uma transgressão ou pecado. Apropriando-se do sagrado, o clero redefine a festa, sua essência e tradição.

¹⁶BRUNEAU, Thomas C. *Religião e politização no Brasil: a Igreja e o Regime autoritário*. São Paulo: Loyola, 1979, p.40. Apud: SERPA, Hélio C. op. cit. p.122

¹⁷CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990 p.17

1.2 A festa propriamente dita

“ O Divino foi a festa mais bonita, era do povo ”¹⁸

A celebração ao Divino Espírito Santo na Ilha de Santa Catarina está associada à chegada dos imigrantes açorianos . Sua origem lusitana foi atribuída pela semelhança com a festa que ocorre neste arquipélago. Esta “invenção da tradição”¹⁹ ,de festejar e agradecer ao Divino, ocorreu provavelmente em Coimbra ou Alenquer, cidades portuguesas.

Sobre sua invenção em território português, temos várias versões, ligando o início da festa e sua fundadora, a Rainha Izabel - a santa. A pesquisa do historiador Nereu do Vale Pereira relata-as :

A rainha, no desejo de mover o augusto soberano esposo a tornar-se humilde, no exercício de suas funções, pediu-lhe licença para coroar o primeiro mendigo que encontrasse na capela na hora terça, quando se oficiasse ao Divino Paráclito. Nesse dia, a corte assistiu ao insólito espetáculo (aqui a correlação entre imperador da festa que é coroado, o mendigo ante o rei, o casal de adolescentes vestidos em réplica ao imperador e à imperatriz). Um pobre Velho de pedir, todo andrajoso e descalço, subir os degraus do trono real, e, por certo, tímido e confuso, nele foi tomar assento, a um gesto do mestre - sala. Depois, o bispo tirou à coroa de cima da credência, a fim de a pousar na cabeça do mendigo, ajoelhado sobre rica almofada de veludo carmesim, entoando-se nesse instante o “Veni Creator Spiritus”. E, no meio de rolos de

¹⁸Cascaes, Frankilim. In: Glauco Carneiro. Roteiro da ilha encantada. *Diário Catarinense* . Florianópolis. 6 de mar.de 1996. p.9

¹⁹ Esta expressão pertence ao livro de Eric Hobsbawn e Terence Ranger, *A Invenção da Tradição* que, ao remeter-se à relação entre “invenção” e “geração espontânea” afirma: “As tradições inventadas têm função política e sociais importantes, e não poderiam ter nascido, nem se firmado se não pudesse adquirir. ...é evidente a intenção de usá-las, aliás, frequentemente, de inventá-las para a manipulação...” . HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (orgs) . *A Invenção da Tradição*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997. 2 ed. p. 315

incenso e de graves salmodias, rezou-se missa solene, finda a qual se organizou luzida procissão, em que o mendigo coroado era recebido em triunfo como autêntico Imperador.²⁰

Após analisar essa versão devemos traçar alguns comentários. Em primeiro lugar, verificamos que todos os elementos que fazem parte do culto ao Divino estão presentes, o que garante certa autenticidade à mesma. Como nosso estudo não recaí em traçar a veracidade da origem, outros pontos nos chamaram a atenção. O fato de a festa ter sido criada por uma rainha, que recebeu a nomenclatura de “a santa”, que, num súbito ataque de bondade, resolve coroar um mendigo. Com isso, a história criou uma nobre heroína preocupada com os pobres, e, num símbolo mágico, fez dele também um igual. Desse momento lúdico participaram os nobres, um mendigo e o bispo, representando a Igreja Católica e “oficializando” a celebração. O povo não participou desse momento, porém continuou a praticar e a comemorar pelos séculos, ao nosso entender, não o ato da rainha e sim o dia em que os pobres seriam nobres, um igual, sem distinção. Portanto, do ato de invenção da celebração ao Divino à remodelação popular existiram várias interpretações da tradição.

os gostos e as modas, especialmente na área do divertimento popular, podem ser “criados” apenas dentro de limites bastante estreitos; têm de ser descobertos antes de serem explorados e modelados. Cumpre ao historiador descobri-los num sentido retrospectivo - também tentando entender por que, em termos de sociedades em transformação dentro de situações históricas em transformação, sentiram-se tais necessidades.²¹

²⁰PEREIRA, Nereu do V.et alli. *Ribeirão da Ilha Vida e Retratos*. Florianópolis: fundação Franklim Cascaes, 1991, p.172.

²¹HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (orgs). *Op.cit.* p.316.

Nereu do Vale Pereira, remetendo-se às pesquisas de Franklim Cascaes, relata que no período em que reinou a rainha Izabel e seu marido, o rei D. Diniz I, entre 1271 e 1336, houve grandes conflitos entre o rei e seu filho, o Infante D. Afonso. Para ter seu reino e sua família livre das discórdias, a então rainha fez a promessa de que daria a sua coroa ao Divino. Para cumprir a promessa, solicitou um cortejo, sendo que à frente estava um artefato com uma pomba, símbolo do Divino Espírito Santo. Quando voltou ao palácio, promoveu uma festa, distribuindo comida aos necessitados do reino. O império, capela do divino ou teatro, utilizados no culto externo do Divino, é a representação do palácio real.²²

Novamente alguns comentários são necessários. Neste relato sobre a origem da celebração no culto ao Divino, percebe-se um momento de crise interna naquela sociedade. Da mesma forma que destacou Hobsbawn, esta era uma sociedade em transformação, um conflito interno poderia ocasionar grandes turbulências nas estruturas do governo português. A rainha, por sua vez, baseada num catolicismo tradicional, de crenças e promessas, quando tem supostamente sua graça alcançada cumpre o que prometeu, garantindo um pouco de alegria aos pobres através da distribuição de comida. Nesta concepção, o sobrenatural, personificado pelo Espírito Santo e pelas promessas alcançadas, faz-se presente dentro daquela mentalidade de catolicismo.

Existiam ainda outras versões envolvendo a nossa “sensível” rainha. Uma delas conta que, numa noite, a rainha teve um sonho em que o Espírito Santo lhe ordenava a

²²CASCAES, Franklim. Apud: PEREIRA, Nereu do Vale. Op. Cit. p.173

construção de uma Igreja em sua homenagem. A outra relata o gesto da Rainha que deixou a sua coroa para ser utilizada na solenidade do império, que ela e seu marido inventaram²³.

A Festa do Divino Espírito Santo na Ilha de Santa Catarina era realizada no mês de maio e tinha a duração de três dias. Contudo, a celebração ao Divino tinha o seu início cerca de um mês antes, com a saída às ruas de um grupo de músicos levando uma bandeira, com o intuito de recolher donativos para a festa e certamente de promover a alegria daqueles que recebiam a bandeira em suas casas. Este momento ficou conhecido como “Folia do Divino” e merecerá maior aprofundamento posteriormente.

Na semana anterior à festa realizavam-se às novenas em desagravo ao Divino.

Segundo a socióloga Lélia Pereira da Silva Nunes,

as novenas do divino realizavam-se na semana anterior à festa de Pentecostes, com afluência de grande público que lotava desde o império, barraca, adro, até os recantos da praça XV de Novembro, situada em frente à matriz...²⁴

Todos os anos a festa tinha um casal de festeiros, que eram os responsáveis financeiros pela comemoração. Em alguns lugares eles também eram denominados imperadores, pois suas atribuições eram de promover uma festa com muito luxo, e também de garantir esmolas aos pobres, como destacou o pesquisador Franklim Cascaes:

²³Para saber mais consultar PEREIRA, Nereu do Vale. Op. Cit. p. 172

²⁴NUNES, Lélia P. Festa do Divino: a origem é no século 13. *Diário Catarinense*. 25 de mar. de 1996. p.9, encarte especial.

Os irmãos eram os responsáveis pela festa, e entre os irmãos mais ricos eles escolhiam um imperador. Todo ano havia um imperador que tinha obrigação de dar esmolas aos pobres, e estas eram dadas na casa dele. Na casa do imperador também se fazia nove noites de festa, eram novenas. Comiam, bebiam de tudo, e era o imperador que tinha que pagar tudo.²⁵

Os irmãos a que se refere o pesquisador são os membros da Irmandade do Divino Espírito Santo da Paróquia de Nossa Senhora do Desterro, fundada em 1773. Tinha entre seus associados pessoas ilustres da sociedade, como comerciantes e políticos, pessoas com “patacos grossos”, como destaca um jornal de 1958:

Anteontem começaram as novenas do Divino Espírito Santo, com toda a pompa e grandeza; e não podia deixar de suceder assim, porque o Imperador, além de ser um homem que tem patacos grossos, tem bom gosto; é brioso e nada tem de mesquinho: portanto, teremos moscas por cordas e mosquitos por arame.²⁶

Logo após as novenas, que ocorriam na região da praça XV, eram realizados os famosos leilões, que, além de presentear o apetite gastronômico dos participantes, eram a chance da troca de olhares entre os solteiros e a possibilidade de um romance. Ao bater do martelo, a festa corria, os fogos entusiasmavam a população, como destaca Oswaldo Cabral:

Tudo ia ao correr do martelo, com música alegre, foguetes, até o encerramento, quando se queixavam os fogos vistosos e coloridos, mandados buscar à corte, no Rio Grande, em Paranaguá - coisa de esbugalhar os olhos dos espectadores. e havia figuras que ardiam, pombas

²⁵Cascaes, Frankilim. In: Glauco Carneiro. Roteiro da ilha encantada. *Diário Catarinense*. Florianópolis. 6 de mar. de 1996. p. 9, encarte especial

²⁶ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. op. cit. p.273

que corriam, em fogo, por um arame e o transmitiam à moldura de painéis alusivos, tudo entre estalos no meio de crepitar colorido das chamas uma beleza.²⁷

A cidade na época não oferecia muitos divertimentos à população. Principalmente à mais pobre, que não freqüentava os clubes e teatros, raros no período. Para eles, as festas religiosas e as novenas representavam encontros sociais, locais de sociabilidade. Sendo assim, esse momento, além da homenagem o seu orago, era uma forma de convívio social.

No decorrer dos três dias, a festa corria animada, no barracão em frente à Igreja Matriz de Florianópolis. Neste espaço concentrava-se um grande número de devotos, cada qual com seu próprio objetivo. A praça era tomada pela multidão e desde cedo começavam os preparativos, como destaca Virgílio Várzea, traçando um perfil dos participantes:

os rapazes, em suas vestes de domingo, as algibeiras pelo acúmulo de meses de economia para os piques e repiques dos lanços, cocam risonhamente as raparigas amadas... Muitos grupos, dentre eles entretêm-se no ensaio dos primeiros psius! e trotes aos retardatários que chegam, a alguns matutos ou desconhecidos, que, ignorantes das praxes em voga, tentam atravessar entre a bancada das damas ou aboletar-se aí em algum lugarzinho vazio. E a medida que a multidão se condensa, como um imenso montão de formigas a algazarra aumenta, em gritos, vaias e tique-taques de bengala, contra as grades e colunas, a chamar pelo leilão que demora.²⁸

Para os solteiros, o leilão era a possibilidade de um namoro. Num ambiente descontraído, os tímidos trocavam olhares e permaneciam mais incógnitos na algazarra geral. Assim, aqueles que não tivessem seu “olhar” correspondido não sofreriam a vergonha

²⁷ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. op cit. p. 272

²⁸ VARZEA, Virgílio. *Santa Catarina: A Ilha*. IOESC, 1984 p. 71

e os trotes dos amigos. No entanto, para outro grupo, a festa era gastronômica e o desejo ficava caracterizado pela ansiedade dos mais gulosos. Aquele momento foge completamente ao cotidiano. Portanto, esbanjar-se na festa era outra forma de diversão. Cabral nos remete ao cardápio da comemoração:

os velhotes, gulosos, por sua vez, não tiravam os olhos dos leitões assados, os bacorinhos que se apresentavam em salvas enfeitadas de papel recortado, com um ovo entre os dentes arreganhados e duas azeitonas pretas no buraco dos olhos, cercados e empalitados de rodela de limão e recheados de farofa e sarrabulho entupitivo de fazer cair a baba em cascatas. E as galinhas, e os frangos, e as peruas, no despudor de sua nudez absoluta de papo para o ar, mostrando o ponto exato da tostadura!²⁹

A festa era variada, o sagrado da comemoração religiosa fazia-se mais presente nas novenas e no domingo de Pentecostes. Pois, nos três dias de comemoração, os interesses dos participantes eram variados, moldando-se ao mesmo tempo a uma festa religiosa ou a uma pagã. O engajamento popular na comemoração era intenso, desde a folia, as novenas, os leilões, sempre contando com grande animação.

O último dia da festa era o domingo de Pentecostes. Neste dia, o Imperador³⁰ era coroado com uma grande coroa de prata; esta também se caracterizava como um dos forte símbolos da Festa do Divino, juntamente com a bandeira vermelha e a pomba prateada. A estes símbolos foi dado todo um significado mágico, sendo considerados milagrosos e até

²⁹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. op. cit. p.271

³⁰O Imperador da festa era um menino, geralmente da família do casal de festeiro, patrocinador da festa. Segundo Cabral, anteriormente o Imperador era um adulto: "Imperador, que nos primeiros tempos foi um marmanjo mas depois passou a ser um menino, coberto com um manto escarlate, debruado de armarinho,

apresentarem certo caráter de superstição, como a utilização da cor vermelha, como destaca a socióloga Lélia Nunes:

O uso da cor vermelha, que dá um colorido todo especial ao desfile, é de tradição portuguesa. Dizia-se que evitava o azar e tinha uma série de outros poderes. A fita era amarrada na ponta dos estandartes. No final da festa, o povo pedia pedaços da fita para curar muitas doenças, até mordida de cobra.³¹

Após a coroação do Imperador, saía um cortejo pelas ruas da cidade, do qual participavam os ilustres, os festeiros, os membros da Irmandade do Divino Espírito Santo, o imperador, o padre, sendo este outro ponto alto da festividade. O povo ficava à margem, acompanhando o cortejo e olhando com admiração o luxo das roupas e os ornamentos do desfile. Segundo a visão de Franklim Cascaes, o desfile era assim narrado:

Iam cantando, às vezes andavam mais de cinco quilômetros e levavam violinos, rebecas e violas, tambores. Seguiam à noite pelos caminhos com velas acesas. Na frente iam as bandeiras, os imperadores no centro entre quatro mastros levados por rapazes. Ali estavam o rei, a rainha, as damas de honor, os criados, tudo dentro do quadrado, todos vestidos a caráter. Era o cortejo principal.³²

Ainda fazia parte das festividades a tradicional benção dos pães, que eram depositados no império ou teatro do divino. Ao lado da Igreja era escolhida uma casa para simbolizá-lo, ou realizava-se uma pequena construção ricamente ornamentada com flores e

etro na mão; em alguns lugares, depois de uma certa época, a Imperatriz, com seus atributos monárquicos, ao lado; e o alferes, com a bandeira ou alferes da espada". CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Op.cit. p.274

³¹NUNES, Lélia P. Festa do Divino: A origem é no século 13. *Diário Catarinense*. 25 de mar. de 1996. p. 9, encarte especial.

³²CASCAES, Franklim. op. cit. p 9

fitas. As ofertas de massa e pães sob forma de promessas tinham neste local seu destino. Essas ofertas depois de abençoados eram também destinadas aos leilões.

À noite era encerrada a festa com um foguetório inesquecível para os participantes. Os fogos eram muitas vezes encomendados fora da cidade. Na casa do festeiro era então realizada uma festa para um grupo seleta, que se tornava ainda mais interessante com anúncio do próximo festeiro. Sua incumbência e promessa eram de realizar uma festa igual ou mais bonita que a de seu antecessor.

A capital catarinense possuía um calendário festivo intenso, no qual a Festa do Divino fazia parte das comemorações religiosas da cidade. O ano litúrgico iniciava-se com as festas da quaresma, que começava com a Procissão de Cinzas, realizada na quarta-feira após o carnaval. Era uma procissão dita de penitência, organizada pelos irmãos da Confraria de São Francisco, que percorriam juntamente com o povo as principais ruas da cidade. Dando continuidade ao ciclo da quaresma, ocorria a Procissão dos Passos, sob a organização da Irmandade dos Passos. Esta passeata religiosa realizava-se no quinto domingo da quaresma. Segundo Cabral, esta celebração era muito concorrida, recebendo peregrinos inclusive de cidades vizinhas. O caminho representava a “Via-crucis”, dois sermões compunham o trajeto: o do encontro e o do calvário, e eram proferidos pelo sacerdote local que pelos serviços prestados recebia uma remuneração.

Seguiam-se as comemorações da quaresma as da Semana Santa, que eram compostas pela Procissão dos Fogaréis, na Quinta-feira Santa. A sexta-feira era um dia de

muito sagrado: não se trabalhava, nem sequer varria-se a casa, os sinos silenciavam, ninguém cantava, dançava ou assobiava em sinal de respeito e luto. A população costumava vestir-se de preto neste dia e participava somente das funções litúrgicas: o Canto da Paixão, a Descida da Cruz e a Procissão do Senhor Morto. Acontecia ainda a Procissão da Ressureição, na madrugada de domingo. Porém no Sábado de Aleluia população participava ativamente da malhação do Judas, que, independente das celebrações oficiais, era organizada em vários locais pela comunidade. Em 1833 a malhação do Judas foi proibida de acontecer pelo código de posturas, com a justificativa de que eram causa de muitas algazarras na cidade. No entanto, esta proibição nunca foi cumprida, continuado a realizar-se ainda neste século³³.

Depois do ciclo da quaresma iniciavam-se as comemorações do Divino, festejado no mês de maio. O último dia da comemoração era o Domingo de Pentecostes, que celebrava a descida do Divino Espírito Santo sobre os apóstolos, aos 50 dias da páscoa. Uma semana após a Festa do Divino, realizava-se a Festa da Santíssima Trindade. Os elementos que compunham esta comemoração eram basicamente os mesmo da festividade anterior e no início não existia a presença do padre na celebração.

O calendário festivo era composto ainda pela Procissão do Corpo de Deus. Diferentemente das outras celebrações, custeadas pelas Irmandades e Confrarias, esta procissão era paga pela Câmara Municipal; portanto, além de religiosa, era também cívica.

³³ CABRA, Oswaldo Rodrigues. Op. cit. p.255-268

Existia uma grande participação de várias camadas sociais (clero, autoridades, associações leigas e o povo em geral).³⁴

As festas religiosas eram permanentes na capital, durante todo o ano. Com menos participação e pompa ocorriam ainda as celebrações de padroeiros e santos da cidade. Era elas, a Festa de Nossa Senhora de Navegantes, a Festa de Nossa Senhora do Desterro sendo depois substituída pela a de Nossa Senhora de Lourdes, a de São Pedro, (acontecida no interior da Ilha, nas comunidade próximas do mar) e a Festa de São Sebastião.

Por fim, o ano religioso encerrava-se com as festa natalinas. Estas não possuíam grande expressão, eram compostas pela Missa do Galo e pelo Beija-mão do Menino. A participação da população ocorria na Folia de Reis, que começava no Natal e se estendia até a Epifania, que celebra a aparição dos Reis Magos. A Folia de Reis também foi proibida pelo código de posturas de 1831, mas, como as outras, continuaram acontecendo.

Assim , o tempo de festas tornava-se cíclico: quando terminava a comemoração daquele ano, já começavam os esforços e preparativos para o próximo. Dentro deste vasto calendário festivo, a população aguardava com expectativa a nova Festa do Divino, fazendo também sua parte na comemoração. Começavam as economias para as vestimentas e para a passagem da Folia do Divino na sua casa.

³⁴ VÁRZEA, Virgílio. Op. cit p.63-72 e Cabral, Oswaldo Rodrigues. op .cit p.269-279

1.3 Hoje é dia de folia....

Dê esmolos ao Divino,
com prazer e alegria
repare que esta bandeira
É da vossa freguesia³⁵

Cerca de um mês antes da festa, saía às ruas um grupo de pessoas para recolher donativos e prendas. Essas pessoas da Irmandade do Espírito Santo estavam geralmente acompanhadas de um alguns poucos músicos e cantores, responsáveis pela cantoria e animação na casa que recebia este grupo, conhecido por Folia.

A Folia carregava consigo a Bandeira do Divino, de cor vermelho intenso; no seu centro havia uma pomba prateada bordada e ricamente adornada com muitas flores e fitas. Ao chegar à casa visitada, o grupo pedia licença para entrar. Receber a Folia em casa era uma grande honra, o dono da casa abria as portas, oferecendo comida e bebida aos foliões:

A notícia de que andavam bandeiras, não havia casa que não se julgasse honrada de receber-lhes a visita, não havia um pobre que, em sua palhoça humilde, deixasse de se prevenir para o favorável agasalho dos foliões, reservando, na falta de esmola pecuniária, uma galinha, uma leitoa, uns pombinhos, um peru, para oferecer ao Divino.³⁶

³⁵ MORAES, Mello F. Festas e Tradições do Brasil. *A Época*. Florianópolis. 3 de jun. de 1911 p.1 - 3

³⁶ MORAES, Mello F. op.cit. p.1-3

O ritual era quase sempre o mesmo: ao chegarem logo eram convidados para entrarem na casa e davam a bandeira para os proprietários beijarem.. Este rito era realizado com a maior fé, pois a bandeira era o símbolo máximo do Divino e poder beijá-la era uma honra.

o senhor dono da casa,
recebei esta bandeira,
faça o favor de entregá-la
a quem tem por companheira.³⁷

Após a cantoria, que primava sempre pelo desencontro entre músicos e cantores, inclusive o tripa, a bandeira entrava na casa, sendo beijada por todos os presentes, penetrando mesmo nas alcovas para ser osculada pelos doentes acamados. Recebia então um dos participantes as esmolas e as prendas e dádivas para serem levados a leilão, para custeio da festa, retirando a percentagem que cabia a músicos e cantores.³⁸

Os proprietários da casa sempre ofereciam algo para comer e beber ao grupo, que, em retribuição, cantava sua desafinada música em forma de versos. Ao começar a cantoria, a vizinhança se chegava e por muitas vezes a cantoria era regada por algum tipo de bebida, o que fazia com que os foliões pernoitassem ali mesmo na casa visitada, pois a distância era longa e o Peditório com a bandeira era mais intenso nas zonas mais afastadas. Como exemplo temos a região do Ribeirão da Ilha, que até os dias de hoje preserva esta tradição:

³⁷MORAES, Mello F. op. cit. P. 1-3

³⁸CABRAL, Oswaldo Rodrigues. op. cit p.270

É o espetáculo mais querido e aguardado pelos moradores do extremo sul e sertões do nosso Distrito. Seu nome, passagem do Santo com a Bandeira Peditória sempre acompanhados com as tradicionais Cantorias do Divino que enobrece não só os Caeirenses, os Taperences da Barra do Sul, os sertanejos em especial, inclusive as demais localidades do Ribeirão, frequentemente vem depositar seus sentimentos neste impecável acontecimento.³⁹

Ao grupo, além da comida e bebida, ofereciam-se várias prendas destinadas aos leilões. Os donos da casa preparavam-se para receber a bandeira e mesmo os mais pobres guardavam uma galinha, um porco... com a intenção de agradecer e colaborar com a grandiosa festa. A folia, acostumada a receber prendas de animais, já possuía verso pronto:

“ O Divino entra contente
Nas casas pobrezinhas;
Toda esmola ele recebe;
Frangos, perus e galinhas
O Divino é muito rico,
tem brasões e tem riqueza;
mas quer fazer sua festa
com esmola da pobreza ”⁴⁰

Contudo, a Folia do Divino foi alvo das críticas de parte da sociedade, que percebia naquela celebração um desrespeito ao culto. Podemos notar também que a folia era praticada, na sua maioria, pelas pessoas mais humildes da comunidade. Estes

³⁹PEREIRA, Nereu do V. op. cit. p 173-4

⁴⁰MORAES, Mello F. op. cit p.1-3

participantes não estavam engajados no ideal da cidade civilizada, nem tampouco no ideal burguês de uma parcela da sociedade que tentava transformar a cidade à beira-mar num salão de chá carioca e no “footing” dominical.

... Já que acima falei em folia do espírito Santo, quero dizer alguma coisa a respeito. Ninguém como eu respeita os usos e costumes religiosos, ninguém como eu respeita a religião que me ensinaram, ninguém como eu acata e reconhece a necessidade do culto externo. Não posso porém habituar-me a ver usos e costumes que possam tornar ridículo o que é santo, risível o que deve ser respeitado. O que quer dizer andar pelas ruas de uma cidade civilizada, uma música infernal composta de uma mal tocada viola, de uma enfumaçada rabeça e de um insuportável tambor? Será isto culto ? ⁴¹

A intervenção do jornal ridiculariza a tradição da Folia, visualizando apenas o que lhe desagradava nesta comemoração. Provavelmente, o jornalista não participava de nenhuma Folia do Divino e preocupava-se demasiadamente com o compasso e as aptidões musicais dos foliões. Muitos compartilhavam desta mesma idéia, principalmente uma classe mais favorecida economicamente e com uma instrução literária formal. Para eles, aquela celebração, sem regras predefinidas, não fazia parte do culto. A festa, moldada numa tradição religiosa mutante, atendia melhor o povo, em suas expectativas de divertimento público. Outro exemplo de críticas à festa pode ser observada no jornal *Correio Catharinense*, em 1858:

A algazarra que se tem feito nestas presenteiras noites, nos arredores da nossa Matriz foi ouvido em lugares muito distantes; os INOCENTES atos praticados dentro do templo por certas pessoas, que felizmente são bem conhecidas, tem sido observados por muita gente; as maneiras DELICADAS com que alguns assistentes tem tratado aos músicos da folia é coisa por todos sabida; e as felizes lembranças de ofertas ao Divino Espírito Santo segredos, que

⁴¹ *O Mensageiro*. Florianópolis, 1956. Apud: CABRAL, Oswaldo R. op. cit. p.270

quase sempre contém algum MIMO, que deixa o arrematante com a cara à banda, também não são estranhas, nestes leilões, onde muitas vezes não se paga o que se compra, não escreveremos por ser muito notória”⁴².

Interessante notarmos que neste documento do século XIX, portanto, no período anterior à romanização, alguns rituais da festa incomodavam pessoas da população. Desta forma, é possível concluir que mesmo antes da romanização efetivar-se, a perseguição e maus olhos à Folia fazia parte da mentalidade de parte da população. Talvez estes tenham sido os principais incentivadores do modelo de “civilização”, que se tentou implantar mais ativamente no século XX.

Portanto, os praticantes da folia, que pouco liam os jornais e não sabiam nada de cidade civilizada e a igreja era sua própria crença e tradição religiosa, não se abalavam com tais comentários das gazetas: todos os anos tornavam a repetir o culto de forma mais divertida possível, com a presença da rebeca, da viola e do tambor e com uma mesa farta que representava a economia de meses e o festejo de agradecer ao Divino Espírito Santo.

⁴² A Pedido. Correio Catharinense. 7 de jun. 1854. Apud. OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Os Filhos da Falha*. Assistência aos expostos e remodelação de condutas em desterro 1828 – 1837. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em História) . Pontifícia Universidade Católica, 1990.p.237

2 - O CHAMADO À ORDEM

2.1 - A normatização do Folgado

No final do século XIX e, mais intensamente, nas primeiras décadas deste século, a cidade de Florianópolis, copiando os modelos de urbanização do Rio de Janeiro e São Paulo, passa por muitas modificações, condicionadas pela vontade das elites locais em instaurar na capital catarinense uma cidade “civilizada”. Utilizando-se dos mesmos recursos que haviam sido bem sucedidos em outras capitais brasileiras, Florianópolis procura, através dos discursos de higienização e “moralidade”, a consolidação de uma nova racionalidade. Araújo, que estudou a construção desse “ideal civilizador”, a ele se refere:

... os ideais e as práticas de uma nova racionalidade político-cultural manifestados, entre outros elementos, pelas tentativas de reformas sanitárias e pelas formulações cientificistas de organização social, se revelaram como instrumentos estratégicos junto aos anseios das elites em remodelar a sociedade local.¹

No contexto desta nova racionalidade, advindas da implantação da República em solo catarinense, ocorre concomitante o processo de romanização da Igreja Católica. Portanto, Igreja e Governo Republicano, mesmo em um estado laico, estabeleciam entre si apoio às mudanças pleiteadas no cotidiano da população. Isso acontecia uma vez que ambos, no íntimo de suas reformas, almejavam um modelo rígido de moralidade, disciplina e hierarquia. Os estudos de Isaia referendam esta afirmação:

Assim, o Estado, respeitador das prerrogativas do catolicismo tinha inimigos comuns com a Igreja, apresentada como uma aliada dotada de força inigualável devido a ascendência moral desfrutada sobre as massas e ao caráter hierárquico de sua organização, capaz de reproduzir em uníssono as determinações de seu chefe visível, em união com o colégio episcopal.²

Este apoio mútuo pode ser demonstrado na primeira Carta Pastoral do bispo recém - nomeado da diocese de Florianópolis :

Saudamos , respeitosamente, o nobre Governo do prospero Estado de Santa Catarina, com o qual queremos sempre manter amistosas relações, porque ambos os poderes, o civil e o eclesiástico, tem a Deus por autor, o primeiro como autor da natureza e o segundo como autor da graça; um visa a felicidade temporal, o outro a felicidade espiritual e eterna do mesmo povo. Procuremos, como em outra ocasião declaramos, colaborar com os poderes públicos constituídos para o engrandecimento material e moral do povo heróico de Santa Catarina, de modo que as duas bandeiras da Pátria republicana e do Catolicismo possam marchar paralelamente ao lado uma da outra, completando a ação que ambas devem realizar sem nunca se repelirem.³

A Igreja Católica vive intensamente este processo reformulador do cenário político-social brasileiro. Portanto, além de apertar as mãos do Estado, ficou descaracterizada, assim, a aparente ruptura entre os dois. A Igreja necessitava naquele momento uma mudança mais efetiva de seu comportamento e de seus fiéis. Desejava manter-se forte neste cenário. Para isso era necessário fiéis imbuídos do perfil católico regulamentado pelo Concílio Tridentino. Era o momento da romanização sair dos livros e dos poucos praticantes em São Paulo e fazer parte de toda a Igreja Católica brasileira, como destaca Isaia:

¹ARAUJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral; reformas Urbanas e Reajustamento Social e Florianópolis na primeira República*. São Paulo: PUC, 1989. Dissertação de Mestrado p.5

²ISAIA, Artur Cesar. op. cit. p.54

Será um período em que a Igreja tentará de todas as formas impor-se à sociedade não somente como instituição funcional à vida nacional, mas através da seriedade de seus membros.⁴

Para compreender o significado da romanização da Igreja em Santa Catarina, podemos remetermo-nos ao estudo de Augustin Wernet sobre a Igreja Paulista do período, uma vez que, nos grandes centros urbanos, o processo de romanização apresentou muitas semelhanças. A romanização foi caracterizada por Wernet:

No plano Diocesano, ... significava uma centralização do poder religioso na figura do bispo e um reforço da autoridade episcopal sobre o clero regular, secular e associações leigas” e “... tem como ponto de referência os decretos de Trento...”⁵

Segundo esse modelo eclesiológico, os leigos, o clero e irmandades passariam a ser controlados pela hierarquia religiosa. Como observou Wernet, essa relação é reordenada.

Mas para que o novo clero tivesse, de fato, autoridade sobre os leigos e o povo em geral, era necessário que também estes passassem por uma reorientação. Para conseguir tal objetivo, havia duas possibilidades: reformar as antigas irmandades, bem como as devoções e os costumes do catolicismo tradicional, ou substituí-las por novas associações leigas que, seguindo a orientação do clero renovado, cultivariam novas devoções e divulgariam uma nova mentalidade católica”... “ Concentrando-se o poder religioso no mundo clerical , os leigos passaram a ocupar uma posição mais subalterna e passiva.⁶

Nessa reformulação do catolicismo tradicional insistia-se na radical separação entre o sagrado e o profano, o festivo e o religioso.

³ Becker , João (Bispo). *Carta pastoral ao Clero e ao Povo de sua diocese*. Porto Alegre: Typografia do Centro, 1908. p.28

⁴Isaia, Artur Cesar.op.cit.p.48

⁵WERNET , Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo: Editora Ática,1987.p.182

⁶ Idem p.184-5

Em Santa Catarina, a romanização teve seu formato posto em prática pela ação dos Bispos Romanizadores, primeiramente sob as determinações da diocese de Curitiba e, a partir de 1908, com a criação da Cúria, com sede em Florianópolis, seguindo as determinações de seu primeiro bispo diocesano, um teuto-brasileiro, Dom João Becker. Também teve atuação marcante o Monsenhor Topp, que chegou à capital no ano de 1896, sendo ele um grande articulador da romanização no estado⁷. As transformações operadas no interior da Festa do Divino foram parte integrante do processo de romanização em Santa Catarina, alterando velhas práticas da antiga festa, como a proibição da Folia do Divino, como destaca o Jornal *A Fé* do ano de 1906:

Consta-nos que o Sr. Bispo Diocesano expedirá circular aos vigários proibindo o uso das bandeiras nas folias do Divino Espírito Santo. A ordem, dizem compreender também o não levantamento dos barracões. A ser exato o que consta, ver-se-á, deste ano em diante, a nossa população de assistir a essa festa tradicional que sempre foi realizada nesta capital com todo o acatamento e grande solenidade⁸.

⁷ Segundo Besen, Monsenhor Francisco Xavier Topp foi o institucionalizador da Igreja catarinense. Quando o então vigário chegou a Desterro no ano de 1896, encontrou a igreja em condições precárias. Com absoluta falta de padres, ele assume a coordenação de várias paróquias: Nossa Senhora do Desterro, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Lapa, Santíssima Trindade e São Miguel Arcanjo. Monsenhor Topp foi o grande articulador da diocese de Florianópolis, dando a ela um olhar romanizador. Durante sua vida religiosa ocupou diversos cargos na diocese tais como: secretário geral, governador do bispado, procurador geral e consultor diocesano, sendo durante sua gestão fundado o Colégio Catarinense, o asilo de órfãos e as escolas paroquiais. Formado dentro do modelo romanizado, Topp foi também responsável pela vinda das congregações estrangeiras ao estado. Foi alvo de críticas severas dos jornais anti-clericalistas, que não viam com bons olhos o comando da Igreja em mãos de religiosos germânicos. Atribuíram-lhe o apelido de Tipp Topp. Permanecerá na diocese até sua morte no ano de 1925. In: BESEN, José Artulino. Monsenhor Francisco Xavier Topp: o institucionalizador da igreja catarinense. *Encontros Teológicos*: Florianópolis, n. 2, 1990.

⁸ Proibição. *A Fé*, 30 de abr. de 1906. Ano III. N. 121.

As determinações do Bispo da diocese de Curitiba ocasionaram uma rápida mudança nos preparativos da festa desse mesmo ano, conforme a notícia abaixo, relatando um “certo lamentar” na fala do escritor da matéria, mesmo sendo um jornal que tinha como função divulgar as idéias da Igreja Católica:

Tendo o Ex.mo. Bispo Diocesano proibido em circular, que em tempo analisaremos, a exibição das bandeiras da Irmandade do Espírito Santo, proibição que dá em resultado a redução pelo terço das rendas da mesma Irmandade resolveu o conselho administrativo desta, em acatamento à ordem de S. Ex.a, festejar o orago no ano corrente, com toda a simplicidade, mandando rezar três missas. E como pela referida circular foram proibidas também as festas de arraial, o mesmo conselho resolveu também não armar a tradicional barraca, onde eram postas em leilão as ofertas que anualmente a irmandade recebia para serem arrematadas.⁹

Dentro dessa mentalidade romanizada, a folia passa a ser marginalizada e proibida pela Igreja Católica, que não admite mais os peditórios com a bandeira do Divino, proibindo também qualquer sacerdote de celebrar as festas de modo contrário às novas disposições diocesanas, como determina D. Joaquim, bispo de Florianópolis, em carta aos fiéis, publicada no ano de 1915:

Ficam abolidos na Diocese, definitivamente, os peditórios com a bandeira para as festividades religiosas, com que pouco lucrava a fé, si não perdia o Verdadeiro e sólido espírito de duração. Determinamos, pois, que sejam substituídos por comissões de festeiros nomeados, eleitos ou sorteados (pastoral coletiva n. 903 e 904) os quais se incumbirão de requerer a necessária licença eclesiástica, prestando contas ao vigário da Paroquia.¹⁰

As proibições eram intensas e ofensivas. Contudo, com o passar dos anos, uma nova forma da romanização da festa revelava-se. Os atos proibidos compartilhavam neste

⁹Festa do Divino Espírito Santo. *A Fé*. 31 de mai. de 1906. Ano III. n. 123.

¹⁰ Dom Joaquim. *Resenha Eclesiástica*, Florianópolis, Ano v, p.88. Set.1915

momento, de uma linguagem formativa do católico sobre as festas religiosas. Este texto foi escrito por Monsenhor Topp, empreendedor da romanização em Santa Catarina:

Fazemos saber que, avizinhandose as festividades do Divino Espírito Santo, tão caras ao povo católico e de tanto influxo para o incremento da fé e unidade cristã; considerando que o fim do culto divino é precisamente elevar a alma para Deus e que tudo quanto é feito sem a disposição de Deus ou da Igreja, ou contra o costume comum deve ser considerado *superfluo e supersticioso, por consistirem meras exterioridades sem relação alguma com o oculto interno de Deus.*¹¹

A igreja romanizada catarinense, colocando-se como o único veículo direto com Deus, define o que é superfluo e desnecessário no culto ao Divino. Para ela, a prática de alguns costumes representam o abandono da “fé verdadeira”. Nesse período, notamos a insistência no proibir e remodelar hábitos da festa:

Determinando as constituições Provinciais, recentemente promulgadas, que se dê às festividades religiosas o seu próprio caráter e eliminando-se os abusos, como sejam folias, danças, etc. e impedindo o desvio das esmolas, recolhidas a título de festas, para a profanidades ou empregos alheios ao seu próprio destino; sendo notório que tais abusos se cometem muito principalmente por ocasião dos *peditórios com a bandeira* para as festividades religiosas e que as medidas que tendem a extirpa-los não tem dado os resultados que era de se esperar.¹²

A folia representava para o clero o desperdício da fé e a desobediência às determinações religiosas. Este festejo, mesmo sendo proibido há alguns anos, confirmava a perpetuação de sua prática. Monsenhor Topp, ao mencionar as orientações eclesiásticas

¹¹Monsenhor Francisco Topp. *Sobre as festas religiosas*. Resenha Eclesiástica: Órgão Oficial da Diocese de Florianópolis - Estado de Santa Catarina. Ano V 23 de Fev. de 1916, p.4 e 5. Este texto foi também publicado no Jornal *A Época* de 26 de fev. de 1916 sob o título Ato do Governo Diocesano sobre as festas religiosas

¹²Idem

anteriormente citadas, reconhece que as medidas da diocese não foram suficientes para extinguir a folia,¹³ e propõe uma troca estranha. Os fiéis deveriam deixar de participar ou de organizar a passagem do santo com intuito de angariar esmolas dentro de clima festivo, porém a contribuição de ofertas seriam mantidas, subtraindo dela a diversão dos participantes:

Havemos por bem, pela presente, confirmar e retificar o nosso mandamento de 14 de setembro de 1915, abolindo tais peditórios na Diocese com abuso singular, desnecessário e deprimente sendo que tais peditórios deverão ser substituídos por comissões, segundo o uso das demais Dioceses nomeadas pelo Vigário da paróquia e competentemente provisionadas pela nossa Câmara Eclesiástica, as quais tem como atribuições: fazer correr listas de subscritores pela paróquia, promover leilões, quermesses, bazares, receber promessas, arrecadar prendas e ofertas, responsabilizando-se pelos déficit e pagar as despesas mais urgentes.¹⁴

Com o papel redefinido dentro da festividade, o clero tinha sua função determinada: controlar os fundos de esmolas angariados para a festa. Desta forma, a folia, substituída pelas comissões, não representava teoricamente a perda de prendas e, por outro lado, garantiam o controle da população fora dos domínios clericais. Contudo, o mais interessante neste documento encontrava-se nas penas de quem desobedecesse as novas determinações:

Quanto ao vigário compete informar da idoneidade das pessoas, aprovar o programa de festejos e emitir parecer sobre o modo e o quanto das despesas, subentendendo-se o direito de recurso à autoridade Diocesana...Quanto a "folias", por serem absolutamente proibidas, lembramos aos fiéis que de modo algum as poderão socorrer, nem ajudar com esmolas, sempre

¹³ Por este documento, a própria Igreja, na pessoa de monsenhor Topp, reconhece que não conseguiu extinguir os peditórios com as bandeiras apesar das proibições de 10 anos atrás, as resistências da população às medidas diocesanas, continuam presentes na Festa do Divino.

¹⁴ *Ibidem*

que por essa forma se apresentarem, e que a ninguém é permitido angariar esmolas pela paróquia, de qualquer modo, *para Igrejas ou outro fim pio*, sem licença, pelo menos, por escrito do respectivo vigário competentemente autorizado. Para corrigir infrações e manter o respeito à lei, invocar-se-á, se preciso for, o auxílio das autoridades temporais, explicando-se ao povo os direitos e as razões que nos assistem ampara-los, aliás, pelas mais inestimáveis disposições da constituição e do Direito (& 2, art. 11 da const; cod. Pen. art. 185).¹⁵

A ameaça do auxílio das forças temporais certamente eram muito mais eficazes do que uma possível punição no campo espiritual. A análise deste documento nos propõe a interpretação de que a Igreja não conseguia fazer-se porta-voz legítimo de Deus, e que a ameaça institucional não foi suficiente para banir a prática de um costume já legitimado na tradição. O discurso romanizante para praticantes da folia era inexpressivo.

A forma pedagógica de tratar a romanização dentro da Festa do Divino ficou ainda mais evidente neste momento. Mesmo assim, o tempo de proibições e penalidades não cessava. Pelo contrário, estava cada vez mais intensificado com os indícios de que a prática da folia continuava a ser exercida livremente nos arredores da capital. Neste período constata-se uma dúbia posição da Igreja, que precisa orientar e formar seus fiéis e, por outro lado, não consegue abolir as práticas de comemoração do povo fora de seus domínios:

Realizando-se amanhã a festa do Espírito Santo, tradicional solenidade com que Florianópolis cada ano homenageia a terceira pessoa da Santíssima Trindade, especialmente consagrado, segundo a fé, a santificação de nossa almas, entendemos prestar interessante serviço aos devotos fazendo conhecidas as relações íntimas que existem entre o Esp. Santo e alma Cristã. Apesar de ter o Espírito Santo descido sobre os apóstolos, no dia de Pentecostes em forma de línguas de fogo, como dizem os atos dos apóstolos cap. II., ver.3, a maneira mais sensível pela

¹⁵Monsenhor Francisco Topp. sobre as festas religiosas. *Resenha Eclesiástica*: Órgão Oficial da Diocese de Florianópolis - Estado de santa Catarina. Ano V 23 de Fev. de 1916, p.4 e 5 . Este texto foi também publicado no Jornal A Época de 26 de fev. de 1916, sob o título Ato do Governo Diocesano sobre as festas religiosas

qual ele se revelou foi a forma de pomba, como nos atesta o Evangelista s. Mateus no cap.III vers. 16, onde diz: “e sendo Jesus batizado, saiu logo da água e eis que se abriram os céus e veio o Espírito de Deus descendo como pomba e vindo sobre ele: assim se explica a razão de a Igreja ter consagrado a imagem do Divino sob a forma de uma pomba”¹⁶.

A forma insistente de a Igreja Católica expressar-se frente aos símbolos do divino apresentavam um significado diferenciado da compreensão popular. As novas orientações fornecidas pela romanização quanto à forma e ao sentido de a população visualizar os símbolos do Divino, podem ser entendidas e caracterizadas por Serpa:

A estratégia era substituir símbolos ligados ao catolicismo popular e, com o novo símbolo, sob a direção do padre, imprimir os princípios doutrinários do catolicismo ultramontano no qual deveriam prevalecer os sacramentos, a pregação e sempre estabelecer relação com a autoridade máxima da Igreja - o papa, o bispo e o padre...¹⁷

O clero tentava impor um imaginário não totalmente compreensível ao grande público. Dava ênfase ao sacramental, à transcendentalização da salvação, à oposição entre natureza e graça, sagrado e profano. Como toda a imposição vertical de um imaginário não baseado no vivido, no que Carvalho, referenciando-se a Baczko, chama de “comunidade de sentido”, essa também não tem condições de triunfar totalmente. Isso porque, segundo Carvalho:

O imaginário, apesar de manipulável, necessita, para criar raízes, de uma comunidade de sentido. Símbolos, alegorias, mitos só criam raízes quando há terreno social e cultural no qual

¹⁶Festa do Divino. *A Época*. 14 de mai. de 1921 p.2

¹⁷SERPA, Elio Cantalicio. *Igreja e Poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997 p.46

se alimentarem. Na ausência de tal base, a tentativa de criá-los, de manipulá-los, de utilizá-los como elementos de legitimação, cai no vazio, quando não no ridículo”.¹⁸

Notamos que, com o passar dos anos, o discurso disciplinador da romanização modifica-se. Se inicialmente a ênfase é dada apenas à condenação da Folia e dos aspectos externos da festa, posteriormente o discurso passa a procurar significados próximos dos padrões da mesma bandeira, coroa e pomba do Divino. Ou seja, a Igreja tentava impor os seus significados dos símbolos do Divino como verdadeiros, objetivando uma “vontade de verdade”, denunciada por Foucault:

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim, apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos - estou sempre falando de nossa sociedade - uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também - em suma, no discurso verdadeiro.¹⁹

A Igreja baseada num discurso autoritário²⁰ desconsiderava qualquer outra forma de celebração e ritual da festa que não correspondesse a suas novas determinações.

¹⁸CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. O Imaginário da República no Brasil. São paulo: Companhia das letras, 1990,p.89

¹⁹FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: Loyola, 1996. P.18.

²⁰Segundo Orlandi, por discurso autoritário entende-se aquele que não permite a reversibilidade, ou seja, este discurso busca anular a possibilidade da troca de papéis entre o locutor e o ouvinte. Caracteriza-se também pela monossemita, uma vez que tenta estancar a polissemia, que é a condição para os outros discursos. “Partindo, então, da caracterização do discurso religioso como aquele em que fala a voz de Deus, começaria por dizer que: no discurso religioso, há um desnivelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte: o locutor é do plano espiritual (o sujeito, Deus) e o ouvinte é do plano temporal (os sujeitos, os homens)...Na desigualdade, Deus domina os homens”. “A assimetria, que assim se constitui, caracteriza a tendência para a não reversibilidade: os homens não podem ocupar o lugar do locutor porque este é o lugar de Deus. Portanto, essa relação de interlocução, que constitui o discurso religioso, é dada e fixada, segundo assimetria”. Orlandi,Eni. P. O Discurso Religioso. In: *A linguagem e seu funcionamento*; As formas do discurso. Campinas: Pontes, 1996. p. 243-4.

Por isso, reiterava um apelo constante aos “homens de bem” para se inclinarem para o “verdadeiro” significado da comemoração do Divino.

Com a mudança do discurso religioso, passando a ter um forte teor sacramental, observamos que estas palavras se distanciavam muito da realidade vivida da população local. A Igreja falava por todos, no entanto, poucos escutam e entendem, é um discurso completamente em desacordo com a realidade do povo. Portanto, a norma clerical tendia ao fracasso.

O nosso trabalho, contudo, não se resume à batalha discursiva entre Igreja e participantes. Podemos analisar, através da programação imposta pelas autoridades nas festas, as mudanças que iam ocorrendo, descaracterizando a celebração do Divino:

A mesa administrativa da irmandade do divino Espírito Santo faz público que nos dias 18 e 19 do corrente, terá lugar na matriz a tradicional festa de seu orago, para a qual convida todos os devotos. Outrossim, faz saber que nas noites dos mesmos dias haverá o costumeado leilão de prendas, para o qual espera que as devotas e devotos concorram com suas ofertas de lindas prendas.²¹

Comparamos, agora, as notas da programação da festa publicada pela imprensa do período. Assim, por ordem do governo Diocesano, esta festa passa a ser mais disciplinadora e dentro de uma mentalidade romanizada, conforme observamos no jornal *A Época*, de 1919:

²¹ *A semana*. Florianópolis. mai de 1901.

Procedida de um triunfo, realiza-se amanhã , na capela do asilo de são Vicente de Paulo , a festa do Espírito Santo, a qual constará de missa solene às 9:30 horas com bênção do Santíssimo Sacramento. A tarde haverá ladainha e bênção. Segunda e terças 8 e meia horas ladainha com bênção à tarde. Durante os três dias haverá distribuição de pães.²²

Através da análise das duas programações, é possível verificar as modificações da festa durante o processo de romanização em Florianópolis. Com tanta ladainha e tão pouco divertimento, a festa parece outra. Se no começo do século bebiam, cantavam e participavam de leilões animados, que ocorriam debaixo de barracões, num segundo momento, a festa mostra-se- ia muito mais disciplinarizada e controlada. Mesmo que os leilões ainda continuem a fazer parte da festa, a sua forma tradicional foi modificada, e nos parece, à primeira vista, que a romanização tenha vencido a tradição, concretizando uma aparente vitória do catolicismo romanizado sobre a cultura popular e suas crenças, num processo longo e descontínuo. Todavia, este estudo compreende que as normas ditadas pela Igreja para disciplinar a festa fazem parte de um discurso, nem totalmente reproduzido no vivido, nem totalmente ausente na cotidianidade.

²²A Época. Florianópolis, 7 de jun. de 1919 .

2.2 - A Festa do Divino: entre a Folia e a Romanização

A Festa do Divino, ao longo da implantação do catolicismo romanizado, na capital, passou por algumas transformações. Afastando-se da tradição do folguedo e do espetáculo participativo, ela começa lentamente a aproximar-se da festa moldada pelo catolicismo romanizado. A festa idealizada era a festa controlada e disciplinada, que, aliás, também agradava a alguns membros da elite local, que estavam adaptados a esta nova forma de comemoração. A polícia, que sempre estava atenta a este evento, poderia teoricamente ficar mais tranqüila, já que os excessos do álcool e da diversão estavam sendo revistos.

A mudança de orientação na festa pode ser sentido na postura do festeiro frente à celebração. O luxo, anunciado nos tempos anteriores, deu lugar à simplicidade que a nova ocasião exigia. Pois, neste momento, o intuito principal da festa era arrecadar fundos para suas obras de caridade. Ao mencionar isto, não queremos falar que o pensamento filantrópico da irmandade não acontecia no período pré-romanização, pelo contrário, a posição de ajuda aos necessitados sempre esteve presente na sua atuação, no entanto, a prática de uma festa pomposa não feria seus compromissos. A suntuosidade e os grandes gastos do festeiro, que faziam parte da comemoração tradicional do Divino, era a forma de expressar sua devoção. Portanto, quanto mais bonita e rica fosse a festa, melhor seria a representação de sua homenagem ao Divino, consolidando o seu papel de “ bom ” membro daquela sociedade.

É necessário observar que o processo da romanização não se caracterizou por ser determinante, pois, por vários anos, a população, a Irmandade e os festeiros encontravam-se entre a solenidade já conhecida (a festa anterior à romanização) e a imposição de nova forma de comemoração alternavam-se, ora seguindo a forma tradicional, ora acatando o modelo romanizado. Agora nos propomos a uma análise da atuação do festeiro na festa tradicional e na festa pré-romanizada:

... por dias e dias se falava da suntuosidade da festa, do seu esplendor, da perícia do festeiro, dos seus gastos, dos seus arranjos e tudo mais. E os jornais se ocupavam dela, anunciando o festeiro sorteado para o ano seguinte, cujo o nome era proclamado do púlpito pelo celebrante, no momento do sermão.²³

Para o festeiro, que era o patrocinador da festa, promovê-la de forma suntuosa significava gozar de grande prestígio na comunidade. Os jornais, por sua vez, noticiavam com detalhes o bom gosto do festeiro que, sem poupar “esforços” (dinheiro), promovia uma luxuosa festa. Estranhamente estes mesmos veículos consideravam louvável a atitude de um outro festeiro, no ano 1904, que, ao realizar uma festa com toda simplicidade, agradava o santíssimo sacramento:

O digno festeiro Sr. Saturnino Medeiros, que fez doação de 600\$ à Irmandade, esforçou-se para que a solenidade corresse o mais simples e menos dispendiosa possível a fim de que todo o saldo revertesse ao asilo em construção. O procedimento do Sr. Medeiros não podia ter sido mais acertado. É que o S.S. compreende que isso de armação de Igreja, muita luzes, muito

²³CABRAL, Oswaldo Rodrigues. op. cit. p.274

foguetório, muito galhardete, nada aproveita a Irmandade que jurou: ou elevar-se com a construção do asilo ou sepultar-se com a inexecutabilidade do seu ideal.²⁴

Verificamos que o documento acima citado, ao referir-se aos elementos que compunham a festa todos anos, antes admirados, neste momento tornam-se desnecessários à fé. Obviamente o empobrecimento da comemoração era devido a uma causa maior, a construção do asilo de órfãos. No entanto, insistimos na mudança de mentalidade dos participantes da festa, não pelo fato de realizar-se uma festa com mais simplicidade, mas sim por tornar os elementos mais aguardados da festividade sem utilidade para a Irmandade, e também não são mais valorizados pela nova concepção do Santíssimo Sacramento.

O foguetório, as luzes e o luxo da festividade pré-romanizada constituíam-se fortes indícios de louvor ao Divino Espírito Santo. Num determinado momento, eles são suprimidos e considerados excessos. Ainda remontando-nos à diferença entre a festa anterior e o processo de romanização e do desencadeamento do mesmo, deparamo-nos com a ausência do barracão em determinados anos da festa. Neste local, eram realizados os animados leilões que encantavam nossos narradores do período, pois neles eram realizados as compras de iguarias e também era um lugar de paquera e de possíveis namoros entre os solteiros, como já mencionamos anteriormente.

No ano de 1906 não se ergueu o famoso barracão em frente à Igreja Matriz. Isso ocorreu devido a uma circular expedida pelo Bispo diocesano de Curitiba²⁵, que

²⁴A Fé . Florianópolis. mai. de 1904. Ano I. n. 39

mencionava a proibição da passagem da bandeira na folia do divino e o não levantamento dos barracões. Acatando a esta determinação, a Irmandade, neste ano, realizou a festa do seu orago sem o barracão e com a programação de três missas. Com esta determinação a tradicional Festa do Divino descaracterizava-se.

Contudo, na festa realizada no ano 1907, houve novamente o levantamento do barracão para os leilões. A obediência à circular do bispo por parte da Irmandade cessou neste ano, como relata o documento do Jornal *A Fé* :

Continuando a respeitar as tradições dos seus maiores, os portugueses, que povoaram este pedaço de terra do colosso sul-americano, trazendo para o novo continente as suas crenças, os seus costumes, a sua moral, a sua religião, - a Irmandade do Divino Espírito Santo desta capital fundada em 1772, isto é, quando o gigante da América meridional era simples vassalo do pigmeu da Europa - festeja este ano o seu orago, com a pompa possível, compatível com seus recursos. É o festeiro o nosso distinto patrício Sr. Durval Livramento. Haverá coroação do Imperador e a tradicional barraquinha, onde são postos em leilão os objetos oferecidos à corporação.²⁶

Ao analisar este documento, percebemos que ao narrar a trajetória dos portugueses, a tradição da festa havia se rompido. O não levantamento do barracão no ano anterior ocasionou uma perda à festa, o entusiasmo ao comentar a crença, a moral, e a religião dos seus colonizadores foi interpretado como reconhecimento dos elementos que voltariam a fazer parte da celebração.

²⁵ Proibição. *A Fé* . 30 de abr. de 1906. Ano III. n. 121.

²⁶ *A Fé*. 30 de abr. de 1907. Ano IV. n. 144 .

Na mudança da Festa do Divino, a aproximação com o catolicismo romanizado nem sempre ocorreu. Este recuar (voltar) a elementos da festa tradicional, caracterizou o período. A festividade não se transformou apenas pelas determinações da diocese. Para as mudanças se concretizarem era necessário um “convencimento” dos participantes às novas regras. Por isso, as normatizações nem sempre alcançaram seus objetivos primeiros.

Esse momento da Festa do Divino é aprofundado por Chartier, no que denomina “lutas de representação” entre a instituição e a comunidade que participava da festa. Essas lutas, segundo o autor, não envolvem somente oposição, mas partilha. Trata-se de uma via de mão dupla, onde a comunidade é “aculturadora”, assim como também “aculturada”, “nem totalmente controlada, nem absolutamente livre”²⁷.

Assim, uma suposta espontaneidade *popular* não pode simplesmente opor-se às coerções impostas pelas autoridades; o que se deve reconhecer é de que modo as liberdades, que são sempre reprimidas (por convenções, códigos e coerções), e as disciplinas, que são sempre perturbadas, articulam-se entre si. Disciplina e invenção devem ser levadas em conta, mas também diferenciação e divulgação. Esse segundo par de conceitos interdependentes permite-nos postular uma compreensão da circulação de objetos e modos culturais que não é redutível a um simples processo de difusão, em geral visto como descendente na escala social.²⁸

O estudo de Chartier, no mesmo sentido que as lutas de representação, sugere que as palavras, em nosso caso as normas ditadas pela Igreja, dependem para sua eficácia

²⁷ As expressões utilizadas entre aspas, pertencem o autor Roger Chartier no artigo. Textos, Impressão, Leituras. In : HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 236-7

²⁸ CHARTIER, Roger. Textos, Impressões, Leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992 p.236-7

da interpretação e da maneira que serão feitas as “apropriações” delas pela comunidade.

Ainda, ressalta que geralmente são ineficazes as intenções pela qual foram criadas.

...as apropriações culturais também nos permitem ver que os textos ou as palavras destinadas a configurar pensamentos e ações nunca são inteiramente eficazes e radicalmente aculturadores. As práticas de apropriação sempre criam usos ou representações muito pouco redutíveis aos desejos ou às intenções daqueles que produzem os discursos e as normas.²⁹

Das mudanças propostas pela Igreja Romanizada, acreditamos que entre as apropriações feitas mais facilmente pelos participantes e pela Irmandade dizem respeito à presença determinante da Igreja no culto ao Divino. O clero passou de mero espectador a organizador e controlador das novas idéias apresentadas. Talvez sua forte presença naquele momento tenha sido melhor aceita por ser uma festa religiosa e pelo fato de que alguns ritos da comemoração acontecerem dentro do espaço da Igreja.

A participação efetiva do clero na festividade não se deu imediatamente às novas determinações. Por ser um processo longo e descontínuo, antes foi necessário possuir um clero efetivamente formado nesta mentalidade. E por encontrarem-se em número bastante reduzido, algumas paróquias e comunidades não possuíam vigário romanizado. Sendo assim, se por um lado notamos que a Festa do Divino realizada pela Irmandade nos arredores da Igreja Matriz incorporava rapidamente a presença e autoridade do clero e bispado, isto não ocorria nas comunidades mais afastadas, onde os poucos padres existentes, insuficientes para todas paróquias, faziam uma espécie de rodízio. Compareciam naquelas

²⁹ Idem .

paróquias somente em data especiais, para distribuir os sacramentos e participar das festas religiosas, fazendo nelas o papel que lhes cabia anteriormente na festa tradicional, não chegando a assumir uma postura romanizada naquele momento, pelo pouco contanto com os moradores e também pela sua própria formação ainda concebida nos moldes do catolicismo luso-brasileiro.

Nas festas organizadas pela Irmandade do Divino Espírito Santo na capital, observamos, neste período, a tentativa de consolidação do catolicismo romanizado. Sendo assim, a celebração passou a caracterizar-se por um forte teor sacramental. Nas programações da festividade foi visível a instauração de uma nova forma de celebrar o Divino:

...realizar-se-á, amanhã a tradicional Festa do Divino Espírito Santo, que constaria das seguintes cerimônias:

Domingo de Pentecostes: missa rezada na capela do asilo às 7 e meia horas da manhã com comunhão geral dos Irmãos e Irmãs, acompanhada de cânticos pelo coro das órfãs do asilo.

Missa solene às 10 e meia horas da manhã na Catedral e sermão ao Evangelho pelo ilustre orador sacro Rev.mo. Frei Evaristo e às 6 horas da tarde TE - DEUM benção solene do S. S. Sacramento.

Segunda e terça feira - missa rezada às 10 horas da manhã com cânticos.

Em todos os atos funcionará a música da capela dirigida pelo Rev.mo Padre Remaclo.

O asilo será franqueado ao público das 2 às 3 horas da tarde.³⁰

Neste documento, a ênfase dada ao sacramental é nítida e nova. Este novo perfil da comemoração refere-se claramente ao modelo de catolicismo romanizado que tentavam

³⁰ Festa do Divino Esp. Santo. *A Época* 10. de mai. de 1913.

implantar. Exemplo disto pode ser notado na presença do vigário, que agora tem seu nome destacado na programação da festa. Podemos observar, pelas pesquisas realizadas, que nunca antes os nomes dos clérigos foram referendados na programação distribuída nos jornais. Coincidência ? Não acreditamos, pois um dos fortes elementos do catolicismo romanizado encontra-se na hierarquia religiosa, bem como na autoridade do clero sobre os leigos. Além disto, o documento apresenta ainda fortes indícios que fortalecem esses argumentos.

Os cânticos sempre lembrados na programação também foram alvo do processo de romanização nas missas, que lembrava aos vigários a sua importante missão de controladores dos cânticos que eram usados na liturgia. Como observamos nos comentários feitos sobre os cânticos na *Resenha Eclesiástica*:

Os cânticos religiosos, mesmo fora das funções litúrgicas, serão expurgados de possíveis inexatidões de doutrina, muitas vezes acompanhados de ridículas deturpações e vícios de linguagem louvamos os esforços do Srs. vigários que tem sabido interessar o povo pela beleza do culto, fazendo-o nele tomar parte, servindo-se de cânticos e outros de muita edificação.³¹

A forma como foi colocada a programação da festa naquele ano de 1913 muito assemelhava-se ao modelo romanizado. Também analisamos o acontecimento de duas missas, uma na capela do Asilo de Órfãos, obra da Irmandade do Divino Espírito Santo, e outra que ocorreria poucas horas após na Catedral de Florianópolis. A importância na quantidade de missas no culto ao Divino foi muito grande, sempre lembrando a presença de

³¹ *Resenha Eclesiástica*. set. de 1915. Ano V. N. 5. p. 90

uma devoção completamente inserida na religiosidade romanizada, como o Santíssimo Sacramento e as bênçãos solenes que sucediam às missas.

O excesso de missas, o controle dos cânticos, a presença da autoridade do padre e a ausência de folguedo caracterizavam este momento da festa, que muito se aproximava dos moldes da romanização.

No ano de 1915, as “Festas do Divino Espírito Santo”, no centro de Florianópolis, perpetuaram um modelo de festejo já “apropriado” e talvez até incorporado pela Irmandade que divulgou a programação do culto ao Divino para aquele ano:

As festa do orago da referida Irmandade, no corrente ano constarão de missa solene às 10 horas, amanhã comunhão geral às 8 horas e benção com o santíssimo sacramento.

Segunda e terça - feira, missas rezadas às 8 e meia horas, sendo todos esses atos celebrados na capela do asilo, deixando de haver as solenidades externas, por não ter sido ainda construído o novo templo.

O asilo será franqueado a publico nos dias da festa , das 2 às 4 horas da tarde..”³².

Neste momento, percebe-se o abandono da Festa do Divino, pela menos a comemorativa; no seu lugar ocorria o culto ao orago. Sua celebração acontecia apenas no espaço espiritual. As comemorações externas que a cada ano estavam mais esquecidas e normatizadas, naquele ano foram suprimidas com a justificativa do não término da obra do asilo.

³² Festa do Divino Espírito Santo. *A Época*. 22 de mai. de 1915 .

O abandono do folguedo parece-nos evidente. Os comentários nos jornais sobre o culto do Divino foram-se tornando mais breves. A “festa”, a cada ano mais romanizada, perde os seus momentos de diversão, de alegria, do extravasar, como fica claro nas narrativas feitas. Por outro lado, este novo modelo de comemorar o Divino enquadrava-se mais com os desejos da nova elite florianopolitana:

De par com o lento crescimento da velha cidade, as primeiras décadas do século XX foram assinaladas em Florianópolis sob os influxos dos ideais político-culturais, se uma pequena elite de comerciantes e funcionários do Estado que, embora mantendo seus horizontes circunscritos em torno do provincianismo local, também cosmopolitizava-se segundo os padrões ditados pela cultura oficial vigente juntos às elites brasileira na época...³³.

Uma festa disciplinada, sem exageros, que acontecia durante o dia, com missas e comunhão, e ainda sob olhar normatizador do vigário, encontrava-se mais ligada aos anseios da elite, na maioria moradores do centro da capital e alguns deles também membros da distinta Irmandade. Para eles, esta forma de celebrar o Divino permanecia com sua característica principal, o de convívio social. Neste momento, com as normas redefinidas a Festa do Divino era um momento adequado à sociabilidade das destacadas famílias, que não se preocupariam com a bebedeira e os excessos dos participantes, sendo um lugar mais indicado para as moças solteiras freqüentarem.

Assim, muito mais que a conversão aos valores romanizados, que para muitos ainda permaneciam incompreensíveis, a adesão aos novos valores e formas de celebrar o

³³ ARAUJO, Hermetes Reis de. op. cit. p.133

Divino, encontraram numa parcela da população adeptos fiéis às normas eclesíásticas, ainda obscuras.

A Irmandade do Divino Espírito Santo na capital, por sua vez, também teve que readaptar-se a este novo modelo de catolicismo romanizado na festa. Anteriormente, a Irmandade, uma associação coordenada por leigos, tinha autonomia na realização de seus trabalhos e na organização da festa, que ocorria segundo sua vontade, sem a intromissão da Igreja. No processo de romanização, a Irmandade leiga ficou submissa à vontade eclesíástica e assim, eles passaram a moldar o culto ao Divino segundo intenção da Igreja, ou seja, fazer daquela festividade popular, onde os elementos do sagrado e do profano estavam alinhados, uma celebração religiosa com autoridade eclesíástica participante e o sacramental separado do festivo .

Portanto, a adesão ao modelo do catolicismo romanizado por parte dos fiéis e a conseqüente mudança na Festa do Divino não se deu pela vontade e compreensão dos novos valores. Ela ocorreu primeiramente por decretos, no caso da Irmandade, ou por interesses compartilhados por uma parcela da população. Mesmo assim, a incorporação destes valores aconteceram de forma coercitiva ou discursiva, alterando velhos hábitos.

Contudo, não gostaríamos de afirmar que o engajamento nas doutrinas romanizadas foram por meios coercitivos ou de interesses alheios ao próprio processo de romanização. Pelo contrário, a eficácia da substituição do ritual da festa e da própria

absorção de valores romanizados somente ocorreu pela partilha destas mesmas idéias, pois a conveniência e o deixar-se convencer fazem parte da mentalidade da época.

Este momento histórico da absorção dos ideais romanizados, tendo como consequência a prática dos seus ritos e a substituição de velhos hábitos na festa, permite-nos compreender a sociedade do período, segundo Chartier:

... pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos - ou, por outras palavras, das representações do mundo social - que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse.³⁴

Assim, no desenrolar do processo de romanização, a festa oferece a cada ano menos atrativos ligados à diversão, até mesmo as matérias de jornal são mais escassas. No ano seguinte ao já citado, a notícia sobre o celebração limitava-se a poucas linhas:

Teve começo anteontem na capela do asilo de órfãos de São Vicente de Paulo, a cargo da Irmandade do Divino Espírito Santo, o tríduo que precede a festa do orago, a realizar-se amanhã³⁵.

A Festa do Divino definitivamente não apresentava mais as características da festa que se realizava na capital no período anterior ao processo de romanização. No entanto, caracterizamos este momento como pré-romanizado porque, apesar de assumir muito do modelo romanizado, este fato não correspondia às outras festas que continuavam a

³⁴ CHARTIER, Roger. Op.cit. p.19.

³⁵ Festa do Divino Espírito Santo. *A Época*. 10 de mai. de 1916.

preservar os costumes tradicionais. E também por compreender que no período estudado a romanização ainda não se fazia eficaz, nem pela total formação dos clérigos, nem por possuir adeptos totalmente convencidos deste novo modelo eclesiológico. Portanto, a Igreja católica, apesar de grandes avanços no seu intuito de mudança , ainda não conseguia, a nosso ver, substituir os símbolos do Divino e seu significado para grande parte da população da capital.

3- AGENTES DA ORDEM: DISCIPLINAR É PRECISO

3.1 - Atuação da elite civil e clerical no divertimento público

As mudanças que ocorrem no seio de uma sociedade implicam muitas vezes em conflitos nos campos da cultura e das idéias. Existem ainda as que se travam no campo físico, com auxílio da força e coerção. As transformações no âmbito cultural são demarcadas pelos debates, por parte daqueles tentam perpetuar os seus costumes e hábitos e em alguns casos defrontam-se com os que sonham e almejam reformas. Estes visualizam uma sociedade diferente (idealizada), tentando impor seus novos valores frente aos antigos.

Como foi mencionado anteriormente, a Festa do Divino foi palco desta “batalha” no campo das idéias e, por vezes, sob a ameaça de força física. Como integrantes do entrave de idéias destacamos: os participantes habituais da festa, membros da sociedade, pobres, ricos, velhos, moços... e os “agentes da ordem”. Caracterizamos como “agentes da ordem” aqueles que tentaram conceber uma cidade mais civilizada e disciplinada em Florianópolis, a partir do século XIX e de modo mais eficaz nas primeiras décadas do século XX.

Os integrantes deste grupo possuíam um intuito reformador¹ dos hábitos da população, e a cada ano tentavam concretizar seus desejos com relação à capital. De um

¹ O movimento reformador, Segundo Burke, foi “a tentativa sistemática por parte de algumas pessoas cultas (daqui por diante referidas como “os reformadores” ou “os devotos”) de modificar as atitudes e

lado, encontrava-se a Igreja-instituição, que tinha entre seus membros alguns vigários e fiéis orientados pelo modelo romanizado. Eram poucos no início, contudo o número crescia frente às pressões e conversões ao novo modelo católico. Aqueles católicos convertidos à romanização tornavam-se muitas vezes “fiscais” das condutas da população. Assim, mesmo com o número reduzido de clero romanizado em solo catarinense, as denúncias contra a prática de “maus hábitos” ao olhar da Igreja eram constantemente anunciadas.

Com esse olhar romanizado, orientados pelos Concílios Tridentino, Vaticano I e Plenário da América Latina, a instituição religiosa procuraria no poder do Estado um aliado aos seus objetivos. Mesmo vivendo de forma independente desde a implantação da República, os dois poderes encontram uma forma de conviverem lado a lado, ajudando-se mutuamente quando seus interesses se cruzam. Esta relação foi observada por Isaia, no modelo de catolicismo brasileiro vivenciado na primeira metade do século XX:

Com a valorização da noção tridentina, na qual a Igreja aparece como sociedade perfeita ao lado do Estado. Assim, de um lado há o poder civil, representado pelo governo do estado, e de outro o poder eclesiástico, representado pelo colégio episcopal vinculado ao papa. Como sociedades perfeitas, tanto Estado quanto Igreja são auto-suficientes para concretizar seus objetivos. Esta concepção conviverá, como orientação do catolicismo brasileiro na primeira metade do século XX, com o modelo medieval, onde se identificam as idéias de fé e nacionalidade, confundindo-se os interesses da Igreja com os do Estado.²

valores do restante da população ou, como costumavam dizer os vitorianos, “aperfeiçoá-los” . In: BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 p. 231

² CESAR, Lucy R. M. *Relacionamento Igreja - mundo no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: PUCSP, Dissertação de Mestrado, 1982. Apud: ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 22

A Igreja Católica em Santa Catarina contava com o apoio das autoridades temporais da cidade, como o governador e os chefes de polícia, que tinham autoridade para proibir e impedir qualquer divertimento público que transcorresse sem a devida ordem, almejada intensamente pelas autoridades locais. Por isso, não mediam esforços em apoiar as atitudes da Igreja contrárias à indisciplina da população nos seus divertimentos e na forma de comportar-se em público.

Para entendermos o quanto era importante a chamada ordem no divertimento público, foi emitido um decreto pelo então governador Gustavo Richard que previa a regulamentação desta atividade social. Estas normas eram destinadas principalmente às casas de espetáculos, porém o capítulo XI das disposições gerais remete claramente as orientações a todo tipo de divertimento público e inclui:

os festejos, bailes ou qualquer divertimento em lugar público ou franqueado ao público ficam também sujeitos as medidas policiais determinadas no que lhes forem aplicáveis.³

As medidas policiais previam um controle intenso por parte desta corporação, fazendo com que os “tais divertimentos” ocorressem somente através de sua autorização e presença garantindo, desta forma, um lugar qualificado para atender uma população disciplinada. Como se vê nas medidas policiais deste mesmo decreto:

³ Santa Catarina. *Decreto n. 462* - regulamento para os divertimentos públicos. 20 de jul. de 1909. Art. 38 das Disposições Gerais.

Nenhum divertimento público se realizará sem a licença da autoridade policial e antes do pagamento do respectivo imposto.⁴

A inspeção geral dos teatros ou de qualquer outros lugares destinados a divertimentos públicos compete na capital ao prefeito de polícia ou autoridade policial por ele designada.⁵

Este decreto continha, ainda no capítulo V, as medidas de ordem que confirmavam a autoridade da polícia e como deveriam comportar-se os policiais com aqueles que não cumprissem o decreto:

É proibida a entrada das pessoas embriagadas, as que não estiverem decentemente vestidas e aos vendedores ambulantes.⁶

O prefeito de polícia pode proibir temporária ou definitivamente o funcionamento de qualquer teatro ou divertimento público a bem da manutenção da ordem e tranqüilidade pública.⁷

Fazer a retirada dos espectadores que se comportem inconvenientemente, os embriagados e os que perturbassem a tranqüilidade pública.⁸

Fazer as prisões em flagrante e levar o preso a presença da autoridade.⁹

Portanto, o divertimento público em Florianópolis, no começo do século, é fato sério e caso de polícia. A Festa do Divino, dentro deste contexto, foi alvo de intenso controle por parte das autoridades eclesiásticas e policiais. O controle das ruas e dos hábitos da população foi de interesse mútuo do Estado e da Igreja, contando com o apoio efetivo de uma parte da população que também se interessava pela ordem e disciplina no

⁴ Idem . - Medidas Policiais Art. 3 cap. II

⁵ Ibidem - Art. 1 cap. I

⁶ Ibidem - Art. 19 cap. V

⁷ Ibidem - Art. 25 cap. V

⁸ Ibidem - Art. 29 cap. VIII

⁹ Ibidem - Art. 33

espaço público. Na elite de Florianópolis, neste momento, notou-se uma nova forma de comportamento. As ruas não se apresentavam mais como os únicos lugares de divertimento. Os bailes em clubes, fechados, para pessoas de mesmo nível social, tornavam-se a melhor opção para o divertimento entre os iguais, desde a segunda metade do século XIX¹⁰. Contudo, os bailes da capital também foram local de muita desordem, pois mesmo entre a elite de uma pequena cidade, a diferença de comportamentos era visível. Por isso, os clubes, da mesma forma que as festas religiosas, continuaram ao longo do tempo sendo alvo da tentativa de controle e da normatização de condutas, porque muitos bailes terminavam em “bagunça”, segundo o *Diário Catarinense*:

um dos primeiros bailes de que se tem registro no século 19 aconteceu em 1831, no Paço de Câmara, que ficava em cima da Cadeia Pública, comemorando a abdicação do Imperador. Talvez por falta de costume, já que há muito não se registrava uma festa na cidade, o baile terminou em bagunça. Os populares começaram a gritar e a fazer balbúrdia e foram rechaçados pela milícia, não sem alguns feridos.¹¹

O chamado à ordem e a uma cidade ordeira, proclamado aos quatro ventos, provocavam sempre focos de resistência. As autoridades engajadas pareciam não conseguir proporcionar uma cidade tranqüila a uma minoria convertida à ordem idealizada.

¹⁰ Foi grande a quantidade de clubes criados na capital desde o século XIX: Em 1851, foi fundada a Sociedade União Catarinense, acontecendo seu primeiro baile no dia 8 de outubro. No ano de 1853, foram criados dois clubes, a sociedade Recreio Catarinense e a Sociedade Recreio Campestre. Até o ano de 1880 haviam sido fundados mais cinco sociedades, entre elas: Harmonia Militar, Clube Militar, Euterpe 4 de Março, Terpsichore e o Clube Doze de Agosto. *Diário Catarinense*. Florianópolis. 22 de mar. de 1996. Encarte Especial. P. 3

¹¹ *Diário Catarinense*. Florianópolis. 22 de mar. de 1996. Encarte Especial. p. 2

Palavras como: ordem, disciplina, norma, apareciam anunciadas por todos os lados. Os principais poderes, Igreja e Estado, cada qual com seus próprios interesses, tentavam intensamente o controle do comportamento da população. Dentro desta população visualizamos que vários grupos, de pobres e ricos, da elite e do povo que não se enquadraram facilmente às novas normas ditadas. Portanto, mais que um controle das camadas mais humildes da população, compreendemos que houve um controle intenso em toda a sociedade.

Contudo, como já afirmamos anteriormente, esta tentativa de controle foi mais intensa na população mais pobre, isto porque seu comportamento não desejável ficava mais visível ao olhar reformulador da sociedade. Em espaço público, as praticas, os hábitos e costumes em muito se diferenciavam dos de uma cidade civilizada. Mesmo assim, de modo mais sutil, a tentativa de controle também foi observada nas outras camadas da população.

Também foi possível concluir que muitas vezes os discursos de uma parte da população distanciavam-se da prática. Muitas vezes a sonhada ordem social esbarrava com uma briga de clube ou com a perpetuação de velhos hábitos condenados naquele momento. Portanto, insistimos que entre os discursos proclamados e a cotidianidade dos costumes vivenciados pela população, existia um espaço, que ora diminuía com a incorporação de algumas faces deste discurso, ora aumentava com a perpetuação de antigos hábitos, contrários às novas orientações.

O modelo de catolicismo romanizado vivenciado nesse momento provocava discordâncias no próprio clero local, que se encontrava num dilema entre as normas ditadas pela estrutura eclesiástica e o cotidiano conhecido de sua condição. No entanto, não queremos afirmar que o clero da capital resistia às mudanças da Igreja ou não reconhecia sua autoridade. Para isso, são necessários estudos mais aprofundados. O que percebemos, de fato, é que os vigários, principalmente das comunidade mais afastadas, muitas vezes estavam despreparados ou desconheciam o catolicismo romanizado, e mesmo no interior da Igreja a lacuna entre discurso e prática também existiu. Sendo assim, nos primeiros anos de romanização, as determinações destinavam-se concomitantemente aos fiéis e ao clero. O Sínodo de 1910, realizado na diocese de Florianópolis, orientou o clero sobre suas novas atribuições:

São os párocos em suas paróquias, os fiscais do culto e nas festas têm o direito de funcionar nos atos como primeiros oficiantes, quando se celebrarem nas matrizes ou nas Igrejas filiais.¹²

O papel do clero da capital passava por reformulações. Suas atribuições ampliavam-se, tornando-se responsáveis pela sua paróquia e pelo comportamento dos fiéis. Para tanto, os padres deveriam ser orientados para o abandono de certos costumes, como por exemplo as festas para santos que ocorriam nas casas das pessoas. Sua missão, neste momento, era a de transmitir os novos ensinamentos religiosos, proibindo os abusos:

¹² *Primeiro Sínodo da Diocese de Florianópolis*. Florianópolis: Typografia Brazil, 1910 - Parte segunda - Do Clero. p.65

Ficam sendo proibidas as festas de santos em casas particulares por iniciativa de simples fiéis, para que se evitem graves abusos e escândalos e não se afaste o povo fiel dos ensinamentos da Igreja, a que pertence o regime do culto.¹³

Os abusos denunciados pelo bispo diocesano faziam parte de velhos hábitos da população. As pessoas reuniam-se na casa de algum membro da comunidade para homenagear seu santo. Esta proibição atinge diretamente a Folia do Divino, pois ela acontecia nas casas, sem a presença do padre, enquanto autoridade. Esta determinação, contrária à prática da Folia, tornou-se um marco dentro do processo de romanização, no que diz respeito à regulamentação das festas religiosas.

Segundo os estatutos do Sínodo de 1910, a doação de esmolas através dos peditórios tornava-se proibida, mas principalmente o sacerdote que não cumprisse as determinações sofreria as penalidades pelo desrespeito às normas:

Tornamos a proibir os peditórios acompanhados de bandeiras, como também, sob grau e sob as penas que nos parecem salutaras, aos sacerdotes a celebração de todas as festas e missas que se pretenderem realizar com recursos angariados de modo contrário as disposições diocesanas que regulamentam o assunto em questão.¹⁴

Portanto, no processo de tentativa de romanização, o clero da mesma forma que os fiéis, teve que adequar-se ao novo modelo. A mesma forma de imposição e de coerção foi utilizada para justificar as mudanças que ocorreram no divertimento da capital naquele momento.

¹³ Idem. - Parte Quarta- Do Culto Divino - das festas

¹⁴ Estatutos do Sínodo Diocesano.1910.In: *Resenha Eclesiástica*. set. de 1915, ano V. n.5

No entanto, alguns costumes da sociedade perpetuaram-se mesmo diante das normatizações da Igreja Romanizada. A Folia do Divino, em algumas localidades, continuou a acontecer, apesar de sua proibição. Este fato foi noticiado no jornal “A Época” de 1916:

Comenta que um grupo de indivíduos em Santo Amaro promoveu desordem por infringir às leis impostas pela Igreja, tentando promover a Festa do Divino com Folias e pedidos (esmolas), neste grupo encontrava-se o subdelegado local, que é acusado de prevaricador e perderá seu título.¹⁵

No período de tentativa de romanização, ocorreram várias formas de resistência às medidas diocesanas. No grupo que continuava a prática da tradição encontrava-se uma autoridade policial. Ou seja, a mesma pessoa que deveria coibir a Folia do Divino, por ser proibida pela Igreja, permanecia praticando-a. O subdelegado em questão teria a punição referente à não obediência da determinação. A acusação de prevaricador foi atribuído a alguém que participava da Folia, quando deveria, no entanto, interceptá-la.

Obviamente, o subdelegado conhecia as novas determinações e sabia de sua responsabilidade para não permiti-la. Por outro lado, isso demonstra primeiramente que as proibições não eram simplesmente aceitas, nem tampouco obedecidas por todos.

No entanto, na maioria das vezes as autoridades policiais e estaduais respeitavam e ajudavam a efetivar as normas da diocese. Esta relação amistosa entre os

¹⁵ A *Época*. Florianópolis. 13 de mai. de 1916

poderes facilitava a legitimação de ambos perante a sociedade. Para a Igreja, um bom convívio com o Estado era essencial, pois o apoio às causas religiosas fortalecia sua nova face. Por outro lado, o Estado, através de seus representantes, desejava perpetuar os bons laços com a Igreja, porque, como destaca Serpa:

as elites locais também tinham interesses em estreitar os laços com a autoridade eclesiástica, porque estar próximo significava sacralizar relações.¹⁶

Portanto, ajudando-se mutuamente em seus projetos reformadores, Igreja e Estado contaram com o precioso auxílio da imprensa católica que, se por um lado divulgava os ideais romanizados, por outro legitimava a autoridade do Estado. Este bom convívio, só possível pelas mãos de uma imprensa engajada, foi criado para atender interesses próprios dos poderes.

¹⁶ SERPA, Élio Cantalício. Op.cit p.98

3.2 - A Imprensa: o divulgador da ordem

O processo de romanização em território catarinense certamente não obteria nenhum sucesso, caso não contasse com apoio incessante dos jornais em circulação no período. Isto porque foram eles os principais veículos divulgadores dos ideais católicos e principalmente funcionaram como ditadores dos valores e da “boa moral” da população.

Os jornais católicos possuíam ampla circulação na capital. Obviamente o público leitor pertencia basicamente a uma elite letrada, sendo diretamente para eles que os jornais dirigiam-se. No entanto, as suas normatizações atingiam as várias camadas sociais pela transmissão oral das novas orientações de comportamento sociais. Guardiões de uma moral engajada com a romanização, sua escrita era preconceituosa com relação aos hábitos da população mais humilde. Pregando diariamente o seu entendimento de valores e do mundo, comprometidos amplamente com o pensamento romanizado da Igreja, aplaudiam todas as atitudes do bispo diocesano.

O Estado, por sua vez, encontrava neste veículo um apoiador de seus ideais para uma sociedade civilizada. Sendo assim, os jornais católicos “*reforçavam o espírito tridentino e contribuíam para a difusão das novas devoções trazidas pelas congregações européias*”¹⁷, funcionavam como denunciadores da moral “precária” e consideravam-se educadores da “boa moral”. O jornal “A Época”, criado em 1910, por Henrique da Silva

Pontes com apoio do então bispo diocesano D. João Becker, tornou-se um orientador do comportamento em público das mulheres florianopolitanas e adverte para a prática do beijo:

Pede-se as distintas famílias, como especial obséquio, abolirem por completo o beijo de estilo, o qual, é a maior parte das vezes, dado de mau grado. Tornando-se moda o aperto de mão, ficarão todas as senhoras livres do mau costume do beijo, que é prejudicial em todos os sentidos e anti-higiênico.

As senhoras que, depois de receberem este aviso, continuarem a dar tal beijo estarão sujeitas a passar pelo desgosto de em retribuição lhes ser estirada a mão.

Resta que todas as senhoras (as senhoritas) principalmente, que são as que mais gostam da beijoca, admitam unicamente nas saudações o *shank hands* (que não diz nada, nem pretende dizer coisa alguma). A fim de não passarem pela decepção que as ameaçam.¹⁸

x. Visualizando o documento, percebemos que através desse jornal a Igreja Católica estava determinada a combater antigos hábitos da população. Sua preocupação também recaía em torno do espaço público, por isso, “aconselhavam” maciçamente as novas condutas de boa moral. Tentavam fazer as ruas de Florianópolis disciplinada para as mulheres, e aquelas que não se adaptassem passariam por algum constrangimento. A busca incansável da norma e da ordem na cidade tornava-se o objetivo destes agentes .

O jornal que orientava sobre os novos costumes tinha um papel quase educacional. No entanto, sua penetração era limitada, atingia a poucos. Contudo, sem dúvida, serviu de instrumento aos ideais católico. O bom relacionamento entre imprensa e

¹⁷ AZZI, Riolando. Elementos para a história do catolicismo popular. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro, vol. 36, fasc. 141, mar. 1976.p.12

¹⁸ *A Época*. Florianópolis. 24 de mai. de 1913.p.3

Igreja católica catarinense só foi possível através da criação de seu próprio jornal, já que a onda anti-clericalista, contrária à nomeação de bispos estrangeiros, dominava a imprensa autônoma.

Entre os principais jornais contrários às disposições diocesanas encontrava-se “O Clarão”, que circulou de 1911 a 1918. Este jornal trazia consigo a bandeira do anti-clericalismo, no entanto criticava incessantemente a atuação dos clérigos alemães no estado, lançando campanhas contra o germanismo no comando da Igreja católica.

Mesmo declarando-se anti-clericalista, o jornal, segundo Serpa “*não se contrapunha à prática dos padres luso-brasileiros*”¹⁹. Também é realidade que o número de padres de origem latina no estado vinha decrescendo substancialmente com a romanização. As autoridades eclesiásticas, por sua vez, designavam para ocupar os cargos padres de origem germânica. Estes padres eram reconhecidos pela moral fiel às normas da romanização; sendo assim, intervinham diretamente nos costumes ainda remanescentes do catolicismo tradicional, tentando impor sua autoridade e visando controlar inclusive as instituições leigas (Irmandades e Confrarias).

Os jornais anti-clericalistas não reservavam espaço para notícias oficiais de cunho religioso, pelo contrário, as decisões desta Instituição eram criticadas naquelas páginas severamente, procurando demonstrar os perigos e estranhamentos de um clericalato

¹⁹ SERPA, Élio Cantalício. Op. Cit p. 161

alemão frente aos costumes da população local. Outros jornais de menor expressão circularam na capital no período abrangido por esta pesquisa , como “A Noite”, “A Ordem”, “O Oriente”, “O aliado”. Contudo, como destaca Serpa:

A imprensa, de um modo geral, em Desterro e Florianópolis, não reservava espaços para a publicação de críticas às reformulações nas práticas religiosas populares, encetadas pelo clero e pelas Irmãs da Divina Providência; muito pelo contrário, noticiava seus feitos e suas pretensões.²⁰

Os jornais católicos, juntamente com a função de orientadores das normas sociais, possuíam um papel fundamental na unificação e persistência do clero da capital frente a possíveis problemas e resistências à sua autoridade. A própria distância entre diocese e paróquias dificultava o contato e o convívio de todos os párocos com as novas normas diocesanas. Portanto, os jornais serviram também de orientadores clericalistas, fornecendo subsídios para sua atuação na comunidade.

O espaço urbano, cercado de conflitos, continuava a ser alvo preferido do jornal, e três anos após a tentativa de abolir o beijo em público preocupava a imprensa a forma de vestir-se às ruas. A busca de normas e comportamentos refinados, baseando-se na cultura burguesa, atingia plenamente a alta sociedade florianopolitana, que tentava acompanhar os costumes dos grandes centros.

Diz-me com quem andas e te direi quem és...Hoje se deveria dizer: “mostra-me tuas preferencias nos figurinos da moda e eu te direi quanto pesa o teu pudor”.

²⁰ SERPA, Élio Cantalício. Op.cit. p.163

Vir para a rua de canelas de fora, cara carminada, costelas à mostra, seios mal cobertos, etc. que indício pode ser senão a falta de juízo? E qual o moço solteiro sensato escolherá um tal para sua esposa, para sua companheira perpetua?

E si não é solteira, mas, a dona já de um lar, mãe de filhos, quanto ridículo e de reticências não vai no juízo, dos que a vêem passar!

Haverá tantas ingênuas que não percebam que esse modo de despir, vestindo-se, é uma estratégia para o pecado e a queda da moral?

Juízo! Quem te pilhara para muita cabeçinha oca.²¹

Todavia, se os jornais católicos dedicavam-se a divulgar novos hábitos à população no espaço público, não menos preocupante era sua atuação no mundo privado. A tentativa de controle e disciplina estendia-se à casa das famílias e também à casa de Deus. Certamente a mesma sociedade que não possuía “costumes civilizados” nas ruas, não se enquadrava no modelo romanizado de comportar-se na Igreja e nas missas. Longe de uma formação ancorada do catolicismo, determinado no Concílio Tridentino, as missas serviam como espaço de sociabilidade, pois mesmo uma cidade caracterizada como festeira, a falta de opções de divertimentos e reuniões sociais no começo de século XX fazia da Igreja cenário propício para os encontros.

Ordens, normas, disciplina estavam sempre estampados nas matérias escritas. Por outro lado, a freqüente tentativa de normatizar a população nos faz perceber a distância entre o discurso expresso e a apropriação que os membros da sociedade faziam dele.

Em nosso estudo entendemos que os jornais católicos²² funcionaram como órgão amplamente divulgador dos ideais romanizados, e como denunciadores daqueles que

desrespeitavam as normas da diocese. Sendo assim, o jornal também funcionou a serviço da Igreja, enquanto porta-voz da romanização. Nossa pesquisa escolheu como principais fontes as matérias de jornais católicos, para percebermos o quanto foi intensificada a pressão da Instituição Católica. Sua voz e idéias foram conhecidas no período basicamente pelas linhas da imprensa. Muitas vezes encarregavam-se de transcrever as cartas pastorais, divulgando-as assim a um grupo maior de fiéis e outras vezes ela própria condenou atitudes e procurou inserir novos costumes.

Na compreensão da disciplinarização que ocorreu na Festa do Divino, o olhar através da imprensa pareceu-nos fundamental, pois suas atribuições concentravam em divulgar as proibições na celebração e também denunciar a permanência de práticas como a Folia do Divino.

Justificando os atos diocesanos, qualificando-os como pertencentes a uma cidade civilizada, reforçando a autoridade dos clérigos incansavelmente, teriam mais chances de sucesso em seu objetivo. A imprensa, encabeçada pelo jornal *A Época*, ainda serviu como órgão expositivo de coerção para aqueles que descumpriam as normas. Isto porque, ao denunciar um descumprimento, anunciava as penalidades que serviriam como um aviso a todos que pensassem em não cumpri-los.

²¹ *A Época*. Florianópolis. 10 de jun. de 1916. P.1

²² Os jornais católicos a que nos referimos são : *A Época*, criado por Henrique da Silva Pontes, que circulou dos anos de 1910-1921, o *Jornal A Fé*, da Associação Irmão Joaquim, nos anos de 1903-9 e o *jornal A Verdade*.

As proibições realizadas pelo bispo diocesano de Florianópolis, em relação aos festejos no Divino, não tiveram, em muitos casos, êxito, pois a perpetuação de algumas tradições continuaram acontecendo. Também as resistências foram matérias dos jornais em relação à festa, porém, ao noticiá-las, a imprensa deixa clara sua posição de defesa ao atos da diocese e o preconceito com relação aos participantes da Folia do Divino, como nos mostra o jornal “A Época” de 1916:

Cá, pelo sítio, tem preocupado deveras o espírito público, o fato da proibição das bandeiras, pedindo esmolos para as festas do Divino.

É digno, portanto, dos maiores aplausos o ato acertadíssimo da respeitabilíssima autoridade diocesana, acabando de vez com tais peditórios.

Consta-nos que, lá pela freguesia da Trindade, uma das pessoas distintas daquela localidade, cavaqueou com a história da bandeira e deu o desespero.

Geralmente, o povo da roça, ignorante em matéria de religião, julga que a divindade está na bandeira cheia de fitas multicores ou na coroa.²³

O povo da capital não aceitou simplesmente a proibição de suas crenças, por mais que a Igreja tentasse impor novas crenças. Para alguns devotos do Divino, o sentido da comemoração estava na bandeira, na coroa, nas fitas. Na homenagem a seu orago, o contato com os símbolos eram diretos, não necessitavam da intervenção do clero em sua celebração, que ocorria em suas próprias casas, fato também não permitido desde 1910 pelo Primeiro Sínodo da Diocese.

²³ A *Época*. Florianópolis. 29 de abr. de 1916.

No documento, outros elementos chamam a atenção: primeiramente, o peditório com a bandeira ocorreu na freguesia da Trindade, que, apesar da proximidade que possa ter com o centro da capital hoje em dia, na época estudada era distante da Igreja Matriz. O lugar foi caracterizado como roça pelo jornal e os moradores daquela região rotulados de ignorantes. Estes homens tinham hábitos simples, pouco aproximavam-se dos valores almejados de civilização, propostos pela imprensa do período.

Considerando ainda o fator distância, vale ressaltar que o processo de romanização foi lento, nos arredores da capital, praticamente não existia controle dos clérigos. Sendo assim, a prática da Folia acontecia à revelia da vontade da diocese. Remetemo-nos a Burke, no que diz respeito à incidência do Bispo nas comunidades mais afastadas:

... era difícil chegar aos recantos mais distantes da sua diocese com a frequência necessária para lá converter suas intenções em realidade, e ainda mais difícil era-lhe assegurar que suas reformas sobreviveriam a ele.²⁴

A pouca presença do Bispo ou dos seus representantes nas comunidades mais afastadas contribuíam em muitos casos para o insucesso de muitas proibições que continuavam a ser praticadas, apesar das penalidades da lei espiritual e temporal. Também é importante lembrar que a presença efetiva dos clérigos nas comunidades não garantiria o apagar de muitos hábitos. O olhar do bispo romanizado ajudava a legitimar suas atitudes,

²⁴BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 p. 241

contudo o sucesso das reformas somente é eficaz quando é absorvida, compreendida e incorporada nos hábitos da população, que deve aceitá-las como pertencentes à sua cultura.

É importante ainda retomar alguns termos do documento do jornal “A Época”, que dizem respeito aos participantes da Folia. Pelo que indicou a matéria, a Folia do Divino aconteceu ou na casa ou pelo desejo de alguém “distinto” daquela comunidade, portanto a resistência aos valores romanizados e aos “bons costumes” tinham defensores entre todos os segmentos da população. Contudo, ao noticiar o fato, expõe-se que os participantes eram “ignorantes”, não importando sua condição social. A forma preconceituosa de comentar o episódio foi ainda mais significativa no decorrer do documento:

Quando saía a tal folia pelos arredores, a pedir esmolas para a Festa do Divino, era acompanhada por uma multidão de desocupados dos dois sexos. Ao anoitecer, pernoitavam na primeira casa e ali dormiam na mais revoltante promiscuidade. Esses fatos foram sempre verificados em muitos municípios do interior e na capital, e davam-se entre aquele povo muitos abusos deprimentes para a fé. A noite, rezavam uma novena onde um capelão local analfabeto contava a ladainha, estropiando barbaramente²⁵.

Defensores de interesses opostos, jornal e participantes da folia lutam pelos seus valores. Para o jornal, representado pelos intelectuais da cidade, conformados perante as decisões das autoridades e incentivadores de reformas que possibilitassem uma mudança de comportamento desta sociedade, a Folia era a lástima da fé. Desobedecer ao bispo diocesano, recusar os costumes das cidades civilizadas, era incompreensível. Cobia-lhes o

²⁵ *A Época*. Florianópolis. 29 de abr. de 1916 p.2

dever de revelar e julgar as atitudes daqueles que eles consideravam ignorantes, por não se adequarem às mudanças.

Para os participantes da proibida Folia do Divino, no entanto, a perpetuação deste costume refletia a eficácia de sua crença. Despreocupados ou desinformados da mentalidade de cidade civilizada ou mesmo das proibições da diocese, continuavam a praticar o contato com o que para eles era o sagrado. Reconhecidamente a maior incidência da Folia acontecia entre os mais humildes. É possível também acreditar que as informações não chegavam a todas as comunidades. E, mais importante, se esta era a forma conhecida de expressar seu agradecimento ao Divino, por que, num determinado momento, passa a ser proibida e condenada a atitude deles.

Para alguns participantes, continuar a festejar o divino em sua casa com seus símbolos “milagrosos” não significava resistir às mudanças, mesmo porque simplesmente elas não foram incorporadas à sua crença. Portanto, quando nos referirmos às resistências às novas normas da diocese, não gostaríamos de retratar um quadro de batalhadores conscientes, contrários aos atos da Igreja romanizada. Este estudo entende que tais resistências ocorriam porque, primeiramente, distanciava-se da sua crença, que era no poder dos elementos do Divino; também acreditamos que a própria distância das comunidades não possibilitava o envio imediato das orientações; e, por último, sendo o mais importante, a lacuna entre discurso e prática eram grandes. As palavras e as normas não encontravam significado na vivência diária daquela sociedade.

Acreditamos, também, que outro fator impossibilitou a eficiência total da romanização: o fato de que o povo, os fiéis em geral, não absorviam simplesmente tudo o que era ditado. Entendemos que entre a elite clerical e a população existia um trânsito de idéias, o qual Bakhtin designará como “circularidade cultural”, onde a norma oficial religiosa convive lado a lado e interage com as interpretações “profanas”, com as reinvenções, com o vivido. Assim este autor analisou a festa medieval:

.... o lado cômico e popular da festa tendia a representar este futuro melhor: abundância material, igualdade, liberdade, da mesma forma que as saturnais romanas encarnavam o retorno à idade de ouro. Graças a isso, a festa medieval era um jano de duas faces: se a face oficial, religiosa, estava orientada para o passado e servia para sancionar e consagrar o regime existente, a face risonha popular olhava o futuro e ria-se nos funerais do passado e do presente. Ela opunha-se à imobilidade conservadora, à sua ‘atemporalidade’, à imutabilidade do regime e das concepções estabelecidas, punha ênfase na alternância e na renovação, inclusive no plano social e histórico.²⁶

Tanto na Europa do século XVI, como em Florianópolis do começo do século XX, acontecia, no âmbito do vivido, a circularidade proposta por Bakhtin²⁷. Um exemplo disso estava na coexistência entre a leitura sacramental, tridentina, da festa, anunciada pela Igreja, e a vivência eivada de caráter lúdico e mágico do grande público.

A Festa do Divino, em Florianópolis, da mesma forma que a festa medieval de Bakhtin, possuía um caráter multifacetário. De um lado, o divertimento e a alegria

²⁶BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987 p.70

²⁷Nossa referência a Bakhtin não significa a transposição pura e simples da realidade enfocada pela autor para a Europa pós-medieval. Apenas referimo-nos à existência do fenômeno Circularidade Cultural nos dois momentos históricos.

possibilitavam o esquecimento das rotinas diárias; de outro lado, proclamava-se um discurso sacramental, que tentava sucumbir ao milagroso e ao contato direto com sagrado. Mesmo assim, a permanência de ambos pode-se observar mais uma vez através do jornal:

Em certa localidade, uma senhora queixava-se da forte dor de cabeça. Uma velha curandeira afirmou que era sol que tal senhora tinha na cabeça, aconselhando-a que a tal senhora assistisse a novena com a coroa do Divino, na cabeça, que ficaria curada. A noite, a doente, de joelhos com a coroa no alto da sinagoga, assistia à novena. Parecia uma rainha! Esse fato é autêntico e foi passado nas imediações da freguesia de Santo Antônio. Não posso asseverar si a doente ficou curada do sol na cabeça.²⁸

O jornal, apesar de relatar o episódio com ironia, não expressa juízo de valores sobre a possível cura. Porém ficou mais uma vez demonstrado o olhar imparcial deste agente disciplinar frente à cultura e crença dos participantes da novena. Este caso foi outro exemplo da permanência de antigas práticas da comemoração que não terminaram com a proibição da Igreja, nem tampouco com a tentativa de desmitificar os símbolos do divino.

O jornal cumpria a função pela qual foi criado: contribuir com a Igreja, propagando os ideais romanizados. Nas críticas que fazia da população que perpetuava valores antigos na comemoração do Divino, tentava descaracterizar tudo o que de supersticioso e mágico existia. Pois, em cada denúncia de Folia, rotulava seus participantes de “atrasados” por ainda conservarem certos hábitos conflituosos com o mundo civilizado.

²⁸ *A Época*. Florianópolis. 29 de abr. de 1916 p.2

As histórias da Folia do Divino eram transformadas em notícias engraçadas, para divertir os leitores cultos, sem correr o risco de conquistar novos adeptos. Assim, ao narrar o acontecimento da novena, procurou não criticá-lo e condená-lo como imoral, fato que ocorreu outras vezes. Nesta coluna, os participantes foram considerados ingênuos e meros repetidores de palavras:

Em lugar conhecido cá da Ilha, celebrava-se uma das tais novenas, Na falta do capelão, uma mulher fanhosa e muito distraída, puxava a reza. Ao lado do improvisado altar, achava-se a bandeira, tendo no alto a pombinha. A capelã cantava a ladainha e o povo respondia, na mesma cadencia. Nessa ocasião uma barata cascuda sobe pelas fitas da bandeira. A Capelã, vendo o inseto profanador continua a cantar, distraída, no mesmo tom: - Olha uma barata! O povo respondeu: Ora pro nois!²⁹

Novamente, ao narrar esta história, vimos, por parte do jornal, um grande desrespeito à cultura e à crença do outro. Mesmo porque, para eles, aquele tipo de religiosidade era profanador, e não condizia com a fé instaurada pela Igreja Católica romanizada.

Nesta matéria, observamos também que vários elementos do catolicismo tradicional³⁰ coexistiam com os valores romanizados. As novenas nas casas continuavam,

²⁹ Chico Perereca. *A Época*. 29 de abr. de 1916.p.2

³⁰Segundo Riolando Azzi, o catolicismo tradicional possuiu algumas características principais: **luso-brasileiro**, importação de catolicismo português para o Brasil; **Medieval**, mesmo o Brasil não tendo uma chamada Idade Média, as Irmandades, as Ordens Terceiras, as romarias surgiram na Europa no contexto medieval e foram bastante presente e atuante no Brasil; **Leigo**, devido ao número pequeno de padres, muita das suas atividades eram realizadas por leigos; **Social**, o catolicismo tradicional estava presente nas atividades sociais da comunidade, eram nas festas e manifestações religiosas que o povo se divertia. In: AZZI, Riolando. Elementos para a História do Catolicismo popular. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 36 fasc. 141, mar. de 1976.

sendo uma capelã encarregada de puxá-la. Certamente o padre não se fazia presente nesta comunidade, e, mesmo que estivesse, não impediria que ocorresse as novenas nas casas. Isto porque fazia parte dos hábitos e costumes daquela sociedade, reunir-se na casa de um morador e louvar ao Divino.

No entanto, o olhar julgador dos hábitos da comunidade não se iniciou com a tentativa de romanização. Depreciar o gosto suspeito dos participantes da festa encontrava-se presente desde a segunda metade do século XIX. Neste período, incomodava a estes intelectuais a música da banda marcial que não conseguia agradar o estilo musical de todos os participantes da festa em 1858:

A festa esteve notável, com um teatro e o barracão à frente convenientemente arranjados, muita gente, mas com uma banda marcial que entretém a reunião, embora a pancadaria do zabumba e a caixa atordoe alguns.³¹

Portanto, a postura crítica dos jornais em relação à comemoração do Divino em Florianópolis sempre ocorreram. O que mudava eram os alvos. Ora incomodava a bagunça na praça, o tocar da banda e, em outros momentos, foram criticados a profanidade da comemoração e o comportamento moral dos participantes. Isto acontecia durante a própria mudança de mentalidade dos intelectuais da cidade.

³¹O mensageiro. 1858. In: CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Memória. Florianópolis: Lunardelli, 1979 p.270

Contudo, por vezes, as notícias de permanências da folia foram relatadas em tom de coerção, pois anunciavam as penalidades a serem sofridas pelos que desrespeitassem a autoridade diocesana. Também possibilita-nos reafirmar o mútuo apoio entre Igreja e Estado. No exemplo citado, tenta-se afastar as idéias de resistência às proibições do Bispo, e o castigo não estaria apenas no pecado, no campo espiritual. Para efetivar sua determinação, a Igreja contava com a autoridade policial. Desta forma, os participantes punidos serviriam de exemplo a todos aqueles que não obedecessem à autoridade espiritual. E a função da imprensa era divulgar o fato da forma mais enfática possível, tentando intimidar futuras rebeliões:

Certas pessoas da Varginha não se conformaram com a proibição da Ex.ma Rev.mo Sr. Bispo Diocesano com relação a saída das bandeiras para angariar esmolas para a festa, e pretenderam desacatar o Rev.mo Sr. Frei Meirando Pierre, zeloso vigário de Santo Amaro. Chegando este fato ao conhecimento do Sr. Ulisses Costa, digno Chefe de Polícia, faz seguir, sábado, para aquela localidade uma força de regimento de segurança para manter a ordem. Conta-nos que aqueles que se rebelaram, contra o ato da autoridade diocesana, vão construir uma capela para nela conservarem as bandeiras e continuar a esmolar e celebrar a festa a seu gosto. Lembramos os autores desse atentado, a luminosa sentença do Supremo Tribunal Federal na questão do Bispo no R. J., onde um grupo de indivíduos queria levar adiante apesar das proibições do Bispo! (neste caso o grupo foi preso e negado "Habeas Corpus"). Mirem-se neste espelho aqueles que pretendem rebelar-se contra as ordens emanadas da respeitável autoridade diocesana.³²

Assim, dentro do contexto de uma cidade que buscava a civilidade, condicionada a um comportamento considerado desejável para sua população, a imprensa, representada pelos jornais católicos, cumpria seu papel. Tentavam reformular hábitos e condutas, almejando fazer desta pequena localidade um grande centro, com estilos e

³² *A Época*. Florianópolis. 06 de mai. de 1916.

comportamento refinados. Muitas vezes seu estímulo não foi recebido pela sociedade. Em outros casos, alguns convertidos a este modelo abraçavam a causa, denunciando condutas “ímorais”, e funcionavam também como vigilantes. Sendo assim, o olhar limitado do bispo muitas vezes estendeu-se e a ajuda conquistada garantiu algumas conquistas neste período “pré-civilizado” e “pré-romanizado” em Florianópolis.

Contudo, neste cenário de busca de ideais e de defesa de valores, percebemos a importância que este veículo teve em muitas mudanças de hábitos, pelo menos, de uma parcela letrada da população que tentava acompanhar e copiar comportamentos idealizados, procurando fazer da cidade à beira-mar um local de refinamentos importados. O jornal reformulou condutas e comportamentos do público para qual se destinava e auxiliou Igreja e Estado a fortalecer seus domínios .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste espaço, reservado às considerações finais deste trabalho, acreditamos ser o momento de expor mais claramente a nossa opinião sobre o tema estudado. Entendemos que a Festa do Divino, realizada no período compreendido entre 1896 - 1925, sofreu alterações na sua forma comemorativa, isto é, na proibição da Folia, na substituição do significado dos símbolos da festa, na condenação de comportamentos dos participantes, no ritual (programação da cerimônia).

Neste momento, retornaremos sucintamente a cada um destes elementos, com o intuito de enfatizar nossas conclusões de pesquisa. Acreditamos, primeiramente, que as mudanças ocorridas no interior da festa estavam relacionadas a um processo maior: a criação efetiva de uma Igreja Católica Romanizada no Estado e, portanto, também interligadas a um “sonho” de reformulação e construção de uma cidade “moderna”, enquadrada nos padrões de “civilidade” da época.

Como analisamos durante o trabalho, a Folia do Divino foi a manifestação cultural mais marginalizada da festa. Foi alvo de incansáveis proibições por parte da Igreja, que não lhe reconhecia, neste momento, um caráter religioso, caracterizando-o como “deprimente para a fé” romanizada. A folia tinha entre seus representantes a população mais pobre da capital, no entanto muitas vezes dela participavam também pessoas que gozavam de certo prestígio na comunidade. Se, por um lado, a folia foi proibida, por outro, ela nunca deixou de existir efetivamente. Contudo, com as inúmeras determinações contrárias à sua

prática, os participantes da folia passaram de foliões (no sentido festivo do termo) a procurados pela polícia. Com isso, percebemos que, mesmo sem extingui-la, a folia não foi mais o “elemento chave” da comemoração, como ocorria anteriormente ao processo de romanização no Estado.

Os próprios símbolos do Divino, a coroa, a bandeira e a pomba, também foram alvo da reformulação na festa. Antes das idéias romanizadas, a Igreja Católica, representada pelo clero, não possuía muito destaque na comemoração. Sem a intervenção ditatorial da Igreja, o povo “inventou” significados sagrados para os símbolos que compunham o ritual. Portanto, para eles, a coroa, a bandeira, a pomba, operavam milagres. Sendo assim, nutriam adoração por estes símbolos. Os bispos romanizados, por sua vez, tentaram substituir não os símbolos do Divino, mas o seu significado dentro da comunidade. Os símbolos, segundo a Igreja, não deveriam ser mais considerados eles próprios como milagrosos; a coroa, a pomba por si sós não curavam doenças. Dentro das idéias romanizadas estes símbolos eram os “representantes” do Espírito Santo, algo inatingível para a população comum. A intenção de fortalecer-se frente à comunidade fez com que a Igreja destinasse aos símbolos da comemoração uma conotação sagrada somente quando utilizado por seu intermédio.

A Festa do Divino, por acontecer em espaço público, mereceu atenção tanto por parte da Igreja quanto da elite local. Preocupados em regulamentar os comportamentos nas ruas, travaram uma luta desigual, e investiram na reformulação de condutas dos participantes. Os excessos das festas anteriores foram sendo alterados paulatinamente, cedendo lugar a uma festa mais sacramental, com muitas missas e ladainhas. Os bailes e

leilões animados, narrados por escritores do período, foram gradativamente extinguindo-se. No seu lugar, uma festa religiosa nos moldes romanizados tomava o espaço. Mesmo os luxos promovidos pelos festeiros passaram a ser considerados supérfluos diante das causas maiores, como a construção do asilo de órfãos. A programação da festa foi-se alterando visivelmente com o passar dos anos. A cada nova festa, novas regulamentações a acompanhavam. Num ano era a proibição da Folia, em outro, a dos barracões, e sucessivamente muitas missas tomavam seu lugar.

Ao primeiro olhar, poderíamos concluir que na festa ocorreram modificações na programação, nos excessos, no comportamento. Remetemo-nos à socióloga Lélia Pereira da Silva Nunes, que também estudou a Festa do Divino:

Com o passar dos anos, a pompa e a intensidade da celebração da festa foram diminuindo, sofrendo variações locais motivadas por fatores sócio-econômicos de natureza diversa...Variações com acréscimos e supressões, principalmente na estrutura dos folguedos e folias. Mas o sentido continua o mesmo.¹

Neste ponto discordamos da pesquisadora. Evidentemente alterações ocorreram na estrutura da festa e o nosso trabalho enfatiza claramente isto, mesmo porque estava a festividade dentro de um processo histórico, interligado a outros processos maiores, como a mudança interna da Igreja e o desejo de uma capital “civilizada”. Assim, como qualquer outro fenômeno cultural, a festa alterou-se com o passar dos anos e com as mudanças

¹ NUNES, Lélia P. S . Origem é no século 13. *Diário Catarinense*. 25 de mar. de 1996. (Encarte Especial)

provenientes desta sociedade. Contudo, o sentido da festa também modificou-se, inicialmente, porque as mudanças foram impostas a uma parcela da população. Foi portanto inevitável a mudança no sentido da comemoração, tudo o que é imposto, dificilmente é assimilado. Posteriormente, nosso trabalho procurou demonstrar que estas transformações não se deram sempre sob forma coerciva explicitamente. Pelo contrário, além das arbitrariedades, percebemos que uma das investidas cruciais da Igreja foi na releitura dos símbolos da festa, portanto, no sentido da festa. Colocar simplesmente que as mudanças ocorridas foram decorrentes do processo histórico é esquecer das “lutas de representação” que se travaram no momento, e por isso, remetemo-nos a Chartier

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor um autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo da concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.²

No período em questão, observamos que a Festa do Divino foi cenário de uma disputa. As imposições da Igreja não obtiveram sucesso imediato, mesmo porque novas normas devem ser apropriadas por uma sociedade, o que não ocorreu a principio e sem fortes focos de resistência. No momento em que se manifestam resistências a estas determinações, coma tentativa de perpetuar costumes já assimilados no cotidiano, torna-se complicado não evidenciarmos a alteração no sentido da celebração.

² CHARTIER, Roger. op.cit. p.17

Se os símbolos do Divino não podem operar milagres e a Folia, manifestação legitimada no vivido desta sociedade, foi rotulada de imprópria e condenada à extinção, torna-se contraditório afirmarmos que não houve mudança de sentido. No momento que sua tradição é reinventada, acreditamos que exista imediatamente uma mudança no modo de olhar e sentir a festa. Portanto, entendemos que não houve alteração nos elementos e na ritualização da festividade, que permanece até os dias de hoje, com o desfile do imperador, por exemplo. Porém o sentido da festa, a crença no sagrado (reinterpretado como profano), a sua essência popular, foram mudados e não legitimados naquela comunidade, que compreendia uma forma diferenciada de expressar sua gratidão ao Divino.

A Festa do Divino, abordada nesta pesquisa, é vista em dois momentos distintos. Inicialmente, a festa anterior ao processo de romanização da Igreja, que possuía um caráter festivo, com grande participação popular e praticamente nenhuma interferência dos clérigos. Em um segundo momento, concentramo-nos em analisar a festa em transição. A forma original da festividade, entendida como aquela comemorada na Ilha de Santa Catarina antes da tentativa de romanização, foi alterada; no entanto, a festa comemorada na capital também não se enquadra nos padrões da romanização.

Assim, concluímos que, no período estudado, não podemos caracterizar a Festa do Divino como romanizada, pois mesmo a interferência de clérigos na festividade não impediu a permanência de características da festa tradicional. Entretanto, a Festa do Divino, com o passar dos anos, tendeu a aproximar-se mais do modelo proposto, com absorção de

elementos do catolicismo romanizado. Gostaríamos, porém, de reafirmar que muitas das características da festa anterior continuaram, mesmo sendo proibidas.

Por último, desejamos explicitar a satisfação na realização desta pesquisa, pois compreendemos que a Festa do Divino foi uma das principais manifestações culturais desta sociedade. Sendo assim, ao estudarmos a história desta capital pelo viés da cultura popular, escolhemos um tema rico nas alegorias e ritualização, e fundamental no entendimento dos conflitos sociais que viveu a cidade durante a Primeira República. A pesquisa sobre a Festa do Divino proporcionou-nos uma boa releitura do passado da capital e da tensão vivida em torno das questões político-econômica e social que atingiram as cidades brasileiras no período.

FONTES

1- Arquivos Consultados

Arquivo Histórico - Eclesiástico de Santa Catarina

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

Biblioteca Pública de Florianópolis

2 - Documentos Eclesiásticos

BECKER, João (Bispo). *Carta Pastoral ao Clero e ao Povo de sua Diocese*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1908.

_____. *Quinta e Última Carta pastoral. Florianópolis*: Typographia d'Á Época, 1912.

_____. *Sinodo Diocesano de 1910*. Florianópolis: s/ed, 1910.

CÚRIA DIOCESANA DE FLORIANÓPOLIS. *Decreto de Desmembramento e Ereção da Nova Diocese de Florianópolis*, separa da Diocese de Curitiba, 19 de mar. de 1908.

OLIVEIRA, Joaquim D. de (Bispo) . *Segundo Sinodo de Florianópolis*. Florianópolis: Livraria Cysne, 1919.

_____. *Primeira Carta Pastoral*. Saudando aos seus Diocesanos. Florianópolis, 1914 .

_____. *Terceira Carta Pastoral*. Florianópolis: Typographia D'A Época, 1915.

_____. *Carta Pastoral*. Florianópolis, 1923.

_____. *Terceiro Sinodo Diocesano*. Florianópolis, s/ed 1925.

PASTORAL COLETIVA AO EPISCOPADO BRASILEIRO. Ao Clero e aos Fiéis das suas Dioceses, 1915.

RESENHA ECLESIAÍSTICA. Órgão Oficial da Diocese de Florianópolis, ano v , set. de 1915.

3- Publicações Periódicas

A ÉPOCA. Florianópolis. 1910-1921.

A FÉ. Florianópolis. 1903- 1909

A SEMANA. Florianópolis. 1901, 1914, 1915, 1928-1930

DIÁRIO CATARINENSE. Origens (Encarte Especial), Florianópolis, 1996.

O DIA . Florianópolis. 1901-1909, 1912

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Jaime de. Festas, Civismo e Memória da República. In: *Revista Catarinense de História*. Vol. 1: UFSC, 1990.
- ALVES, Elza D. *Discurso Religioso Católico e Normatização de Comportamentos (São Ludgero - SC, 1900-1980)*. Florianópolis, 1998. 171 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.
- ARAÚJO, Hermetes R. *A Invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república*. São Paulo: PUC, 1989. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, 1989.
- ARANTES, Antônio Augusto. *O que é cultura Popular*. São Paulo: brasiliense, 1986.
- AZZI, Riolando. Elementos para a história do catolicismo popular. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro, vol. 36, fasc. 141, mar. 1976.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- BEOZZO, Oscar José. Irmandades, Santuários, capelinhas da beira de estrada. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Rio de Janeiro, vol. 37, fasc. 148, dez. 1977
- BESEN, José Artulino. Monsenhor Francisco Xavier Topp: o institucionalizador da igreja catarinense. *Encontros Teológicos: Florianópolis*, n. 2, 1990.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. (org.) *A escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Memória. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

- CARVALHO, José M. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- _____. Textos, impressão, Leituras. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CHEREN, Rosângela. *Caminhos para muitos possíveis: Desterro no final do Império*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em História) . Universidade de São Paulo, 1994.
- CORREIA, Ana M. M. C. *A Expansão da Igreja em Santa Catarina, A reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. Florianópolis, 1988. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.
- DALLABRIDA, Norberto. *A sombra do campanário: catolicismo romanizado na área da colonização italiana no médio Vale do Itajaí (1892 - 1919)*. Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado em História) . Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.
- ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador: uma história de costumes*: Jorge Zahar, 1994.
- FLORES, Maria B. R. *A Farra do Boi*. Palavras, Sentidos, Ficções. Florianópolis: UFSC, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. *História da Sexualidade II: O uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. *Vigiar e Punir: o Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

- HEERS, Jacques. *Festas de Loucos e Carnavais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.
- HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ISAIA, Artur C. *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. EDIPUCRS, 1998.
- LEAL, João. *As Festas do Espírito Santo nos Açores: Um estudo de Antropologia Social*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas: Papyrus, 1986.
- MACHADO, Roberto et alii. Melhor Prevenir que Remediar. In: *Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.
- MAGNANI, José G. C. *Festa no Pedaco*. Cultura Popular e Lazer na Cidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- NUNES, Horácio. *D. João de Jaqueta*. Porto Alegre: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
- OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Os Filhos da Falha*. Assistência aos expostos e remodelação de condutas em desterro 1828 – 1837. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em História) . Pontifícia Universidade Católica, 1990.
- OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. Catolicismo Popular e Romanização do Catolicismo Brasileiro. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro. Vol. 36, fasc. 141, mar de 1976. P.141.
- ORLANDI, Eni P. O Discurso Religioso. In: *A Linguagem e seu Funcionamento: As formas do Discurso*: ed. Campinas: Pontes, 1996.
- OZOUF, Mona. A Festa: Sob a Revolução Francesa. In. LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

- PEREIRA, Nereu do V. et alli. *Ribeirão da Ilha: Vidas e Retratos*. Florianópolis: Fundação Frankilin Cascaes, 1991.
- PEREIRA, Niomar de S. e JARDIM, Mara P. S. V. *Uma Festa Religiosa Brasileira: Festa do divino em Goiás e Pirenópolis*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- QUEIROZ, José J. e VALLE, Edênio. *A Cultura do Povo*. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais, 1984.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SERPA, Élio C. *Igreja e Poder em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1997.
- _____. *Igreja e Catolicismo no Planalto Serrano Catarinense 1891-1930*. Florianópolis: UFSC, 1989. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.
- SOARES, Doralécio. *Aspectos do Folclore Catarinense*. Florianópolis: Edição do Autor, 1970.
- SOUZA, Rogério L de. *A Construção de Uma Nova Ordem: Catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930 - 1945)*. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade federal de Santa Catarina, 1996.
- VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina: A Ilha*. Florianópolis: IOESC, 1984.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996.
- WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. A Reforma do Clero Paulista de Dom Antonio Joaquim de Melo. In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 3, 1984, São Paulo, Anais... São Paulo: SBPH, 1984.
- _____. A Imprensa Católica Paulista no século XIX . In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 6, 1987, São Paulo, Anais... São Paulo: SBPH, 1987.

_____. A Igreja e a Abolição. In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 8, 1989, São Paulo, Anais... São Paulo: SBPH, 1989.

_____. O Auge da Romanização: O Concílio Plenário da América Latina. In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 10, 1991, Curitiba, Anais... Curitiba: SBPH, 1991.

_____. A Igreja e a República : A separação entre a Igreja e o Estado. In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 11, 1991, São Paulo, Anais... São Paulo: SBPH, 1991.

_____. A Vinda de Congregações Estrangeiras e a Europeização do Catolicismo no Centro Sul do Brasil. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1991.

_____. Antigas Irmandades e Novas Associações Religiosas. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1992.